



**ASSOCIAÇÃO
NACIONAL DE PROFESSORES**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

APROVADO POR UNANIMIDADE EM CONSELHO NACIONAL

Conselho Nacional, Braga, 14 abril de 2018

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Relatório de Atividades e Contas de Gerência 2017

EDIÇÃO

Associação Nacional de Professores - ANP

AUTORIA

Direção Nacional

DN, Sede: Rua S. Vicente, 37 – 4710-312 Braga – Portugal

Tel. 253 209 590 - Tlm: 961 333 051 – 932 222 993 – Fax: 253 209 599

Correio eletrónico: geral@anprofessores.pt

URL: <https://anprofessores.pt/>

Empresa de Contabilidade - MGC

Fevereiro/2018

Relatório de Atividades

2017

*Entidade de Utilidade Pública de 1991
(D.R. n.º 228, II Série, de 03/10/1991)*

Conselho Nacional Ordinário

Convocatória

Nos termos legais e estatutários da Associação Nacional de Professores, artigos 28º e 29º, convoco o Conselho Nacional para uma sessão ordinária, no dia **14 de abril de 2018**, pelas **10.00 horas**, no **Hotel Mercure** em Braga, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I. Período antes da ordem do dia:

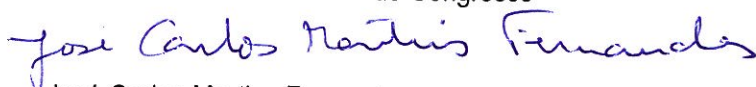
- a) Apresentação de todos os elementos do Conselho Nacional;
- b) Leitura resumida do expediente recebido pela Mesa;
- c) Apresentação do balanço das atividades pela Direção Nacional;
- d) Apresentação e deliberação sobre votos, recomendações ou pareceres apresentados à Mesa por qualquer membro do Conselho;
- e) Interpelação da Direção, mediante perguntas orais, sobre assuntos de interesse para a Associação Nacional de Professores e respetivas respostas.

II. Ordem do dia:

- a) Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2017;
- b) Análise das políticas educativas atuais.

Braga, 29 de março de 2018

O Vice-Presidente da Mesa do Congresso


José Carlos Martins Fernandes

Índice

1. Apresentação	6
2. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	7
3. Enquadramento	9
Parte I	10
4. Atividades Desenvolvidas	10
4.1. Emissão de Pareceres, Recomendações e Contributos	10
4.1.1. Pareceres	10
4.1.2. Projeto Lei/Recomendações	11
4.1.3. Contributos	12
4.2. Realização de Seminários, Conferências, Encontros e Debates	12
4.3. Participação em audiências	13
4.4. Participação em Seminários, Conferências, Audições e Fóruns	13
4.5. Participação em meios de Comunicação (entrevistas)	15
4.6. Ações e eventos a nível interno	16
5. Outras Atividades/Serviços	18
5.1. Plano Jurídico	18
5.2. Defesa do Professor	18
5.3. Gabinete Saúde Vocal	19
5.4. Comunicação	19
6. Grupos de trabalho	19
7. Formação Contínua	19
8. Universidade Sénior – USANP	19
9. Atividade corrente da Direção Nacional	19
10. Agradecimentos	43
Siglas Utilizadas	44
Anexos	45
Anexo I	46
Anexo II	47
Anexo III	48

Anexo IV.....	49
Anexo V.....	50
Anexo VI.....	51
Anexo VII.....	52
Anexo VIII.....	53
Anexo IX.....	54
Anexo X.....	56
Anexo XI.....	58
Anexo XII.....	58
Anexo XIII.....	58
Anexo XIV.....	59
Anexo XV.....	59
Anexo XVI.....	59
Anexo XVII.....	60
Anexo XVIII.....	60
Anexo XIX.....	60
Anexo XX.....	61
Anexo XXI.....	61
Anexo XXII.....	61
Anexo XXIII.....	62
Anexo XXIV.....	63
Anexo XXV.....	65
Anexo XXVI.....	66
Anexo XXVII.....	67
Anexo XXVIII.....	69
Anexo XXIX.....	71
Anexo XXX.....	78
Anexo XXXI.....	79
Anexo XXXII.....	80
Anexo XXXIII.....	86
Anexo XXXIV.....	86
Anexo XXXV.....	87
Anexo XXXVI.....	88
Anexo XXXVII.....	88
Anexo XXXVIII.....	89
Anexo XXXIX.....	90
Anexo XL.....	91
Anexo XLI.....	92
Anexo XLII.....	92
Anexo XLIII.....	93
Anexo XLIV.....	94
Anexo XLV.....	95
Anexo XLVI.....	97

1. Apresentação

O Relatório de Atividades e Contas de Gerência que apresentamos foi elaborado de acordo com o vertido na alínea b) do artigo 32.º, nos termos dos Estatutos aprovados em 2010.

O presente documento reporta as Atividades, Contas, Projetos e Iniciativas desenvolvidas pela Direção Nacional em cumprimento ao Plano de Atividades, apresentado e aprovado por unanimidade, em Conselho Nacional em 12 de novembro de 2016 e das suas atribuições, tendo por referência o ano de 2017 e a data de 31 de dezembro. O documento tem em consideração o respetivo modelo de intervenção e testemunho do compromisso assumido com todas e todos os associados e também em busca permanente das melhores soluções para a prossecução do e no interesse da ANP.

Agradeço aos membros da Direção Nacional, aos membros das Secções Regionais, aos outros órgãos sociais, aos associados/as e colaboradores da ANP, todo o contributo dado para a realização e concretização das atividades/eventos plasmadas neste relatório.

A Presidente da Direção Nacional,
Paula Figueiras Carqueja

2. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Reproduz-se integralmente o documento emitido pelo Conselho Fiscal.

*PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2016
CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROFESSORES*

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROFESSORES

CONSELHO FISCAL

**PARECER SOBRE O RELATÓRIO
E
CONTAS DE GERÊNCIA DE 2017**

Braga, 23 de março de 2018

**PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2016
CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROFESSORES**

PARECER

O Conselho Fiscal da Associação Nacional de Professores analisou o Relatório e Contas de 2017, apresentado pela Direção Nacional, e emite, nos termos da alínea c), do n.º 4, do art.º 30.º dos Estatutos, o seguinte **Parecer**:

1.º A Direção Nacional facultou ao Conselho Fiscal, durante o ano, os documentos contabilísticos, que mereceram acompanhamento e verificação, sendo que agora estão vertidos no Relatório de Atividades e nas Contas do ano de 2017, pelo que este órgão o pode analisar com fundamento e rigor;

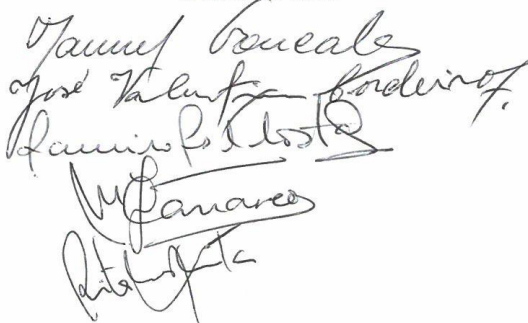
2.º Todos os documentos se encontram elaborados de acordo com as normas estatutárias em vigor e as normas da contabilidade oficial, sob a responsabilidade da Técnica Oficial de Contas;

3.º O Conselho Fiscal reitera a conclusão do Relatório e Contas do ano de 2017, apresentado pela Técnica Oficial de Contas, que refere: “o ano de 2017, apesar de apresentar um Resultado Líquido inferior ao de 2016, obteve resultados positivos com uma situação económica favorável e estável e com um passivo praticamente nulo com efeitos positivos na maioria dos indicadores.”

Pelo que, face ao cumprimento dos normativos e ao resultado apurado da análise efetuada às Contas de 2017, o Conselho Fiscal dá parecer favorável à aprovação dos referidos documentos em sede de Conselho Nacional, nos termos estatutários.

Braga, 23 de março de 2018

O Conselho Fiscal



3. Enquadramento

O presente Relatório sistematiza a atividade desenvolvida em todas as unidades orgânicas mantendo o alinhamento que tem orientado a elaboração destes documentos em anos antecedentes, dando continuidade a ações empreendidas com os objetivos e pressupostos definidos nos domínios de atuação: *Dignificar e Valorizar a Profissão Docente; Congregar e Personalizar; Promover e/ou Rever; Promover a nível interno.*

Nessa medida, os dados apresentados respeitam o grau de execução dos projetos e atividades estabelecidos no Plano de Atividades aprovado para o ano de 2017, tendo como princípios o vertido nos seguintes pressupostos: i) **Compromisso**, com os associados no cumprimento dos princípios de legalidade, transparência e isenção; com todos os docentes numa melhoria contínua das nossas e das suas competências em prol da qualidade da educação/ensino; ii) **Conhecimento**, na valorização do saber, o saber-fazer, o aprender, o aprender a aprender; na promoção do encontro e partilha de saberes, ideias e experiências; iii) **Qualidade**, pelo rigor imprimido nos processos, na resolução dos mesmos, nas estratégias e nos métodos de trabalho adotados; pela melhoria contínua da organização; pela exigência constante em fazer melhor.

O Relatório de Atividades abarca o conjunto de setores e de áreas de atividade que integram a ANP e tem uma abrangência nacional.

O presente documento é composto por duas partes: a primeira integra o reporte detalhado das Atividades desenvolvidas pela Direção Nacional no ano de 2017 e a segunda apresenta o Relatório de Contas, referente ao mesmo período, plasmando o controlo do ciclo anual de gestão, das opções tomadas e os processos de gestão associados, alicerçados nos princípios fundamentais de transparência, da relevância e da abrangência e completude, com o objetivo de informar e proporcionar uma leitura cómoda e objetiva aos Conselheiros e Associados da ANP.

Parte I

4. Atividades Desenvolvidas

O Relatório de Atividades procede à descrição detalhada das atividades da Associação Nacional de Professores realizadas no ano de 2017. A sua explicitação segue as linhas de orientação estratégica referidas previamente.

4.1. Emissão de Pareceres, Recomendações e Contributos

Em 2017 a Associação Nacional de Professores, através da sua Direção Nacional emitiram Pareceres e Recomendações, Contributos a pedido do Governo, da Assembleia da República e por iniciativa própria.

4.1.1. Pareceres

Petição nº 233/XIII/2.^a - Planeamento, Organização e de Cooperação para os “estudantes”; na necessidade de implementar um Sistema de Gestão da Qualidade e da Responsabilidade Social, nas escolas, auditáveis pelas Associações Sociais, nomeadamente pelas Associações e Alunos e de Pais e Encarregados de Educação em 12/01/17. (Anexo I)

Petição nº 206/XIII/2.^a - Aprovação de um plano de combate à precariedade; Descongelamento das progressões na carreira; Reorganização do horário de trabalho dos docentes; Aprovação de um regime excecional de aposentação dos docentes em 05/01/17. (Anexo II)

Petição nº 202/XIII/2.^a - Solicitação dirigida à Direção Geral de Educação para que seja autorizada a continuidade do uso da calculadora gráfica no exame de Físico-Química A do 11.º ano em 05/01/17. (Anexo III)

Petição nº 225/XIII/2.^a - alterações de “propostas de alteração” de uma revisão do sistema de concursos, previsto no Decreto-Lei 132/12 de 27 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 146/2013 de 22 de outubro, Lei nº 80/2013 de 28 de novembro, e pelo Decreto-Lei 83-A/2014 de 23 de maio, assim como de uma portaria, ainda sob a forma de projeto, relativa a uma vinculação extraordinária de docentes em 12/01/17. (Anexo IV)

Petição nº 252/XIII/2.^a – “Solicita a criação de grupo letivo para Professores de Técnicas Especiais em 02/05/2017. (Anexo V)

Petição nº 253/XIII/2.^a – “Solicitam a criação de um regime de exceção no acesso à reforma para os professores” em 02/05/2017. (Anexo VI)

Petição nº 256/XIII/2ª – “Solicitam que sejam adotadas medidas com vista à resolução da situação contratual precária dos técnicos especializados nas escolas” em 02/05/2017. (Anexo VII)

Petição nº 271/XIII/2ª – “Solicitam a adoção de medidas políticas e legislativas quanto ao peso das mochilas escolares” em 19/06/2017. (Anexo VIII)

Petição nº 282/XIII/2ª – “Solicita a correção de erro do Ministério da Educação confirmado pelo Provedor de Justiça” em 02/05/17. (Anexo IX)

Petição nº 300/XIII/2ª – “Pela igualdade das condições de trabalho e compensação do tempo de serviço prestado em monodocência” em 06/07/ e 21/07 de 2017. (Anexo X)

4.1.2. Projeto Lei/Recomendações

Projeto de Lei nº 321/XIII (2.ª) (BE) - Isenção de propinas no primeiro e segundo ciclos de estudos no ensino superior para estudantes com deficiência em 24/07/17. (Anexo XI)

Projeto de Lei nº 329/XIII (2.ª) (PAN) - Acessibilidade efetiva para todos os estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior em 24/07/17. (Anexo XII)

Projeto de Lei nº 326/XIII/2ª (BE) - Medidas de apoio social às mães e pais estudantes atribuindo aos pais o mesmo conjunto de direitos conferidos às grávidas e mães (primeira alteração à Lei nº 90/2001, de 20 de agosto) em 24/07/17. (Anexo XIII)

Projeto de Resolução nº 358/XIII (1.ª) - (PS), Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior em 09/01/17. (Anexo XIV)

Projeto de Lei nº 423/XIII/2.ª (PCP) - Medidas de apoio social a mães e pais estudantes (1.ª alteração à Lei nº 90/2001, de 20 de agosto) em 16/03 e 24/07/ de 2017. (Anexo XV)

Projeto de Lei nº 424/XIII/2.ª (PAN) - Altera a Lei nº 90/2001, de 20 de Agosto, que define as medidas de apoio social às mães e pais estudantes, para apreciação na especialidade em 16/03 e 24/07/17 de 2017. (Anexo XVI)

Projeto de Lei nº 486/XIII/2ª (PEV) - Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares em 24/07/2017. (Anexo XVII)

Projeto de Resolução nº 511/XIII (2.ª) (PCP) - Por um ensino público e inclusivo no Ensino Superior em 09/01/17. (Anexo XVIII)

Projeto de Resolução nº 512/XIII (2.ª) (PSD) - Por uma maior inclusão dos Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior em 09/01/17. (Anexo XIX)

Projeto de Resolução nº 514/XIII (2.ª) (PEV) - Respostas, ao nível do ensino superior, para estudantes com necessidades educativas especiais (NEE) em 09/01/17. (Anexo XX)

Projeto de Resolução n.º 515/XIII (2.ª) (PAN) - Recomenda ao governo português que elabore um plano de ação que permita uma efetiva acessibilidade dos alunos com necessidades educativas especiais ao ensino superior em 09/01/17. (Anexo XXI)

Projeto de Resolução n.º 516/XIII (2.ª) (BE) - Apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior em 09/01/17. (Anexo XXII)

4.1.3. Contributos

Comissão Parlamentar de Educação e Ciência - “Educação de Adultos e Aprendizagem ao longo da vida: melhores oportunidades, melhor economia” em 21/06/17. (Anexo XXIII)

Dirigido ao Exmo. Senhor Ministro da Educação e Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, sobre o tema “Regime especial de aposentação para todos os docentes (Educadores de Infância, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário e Quadro de Educação Especial)” em 07/06/17. (Anexo XXIV)

Dirigido à Exma. Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, sobre o tema “Intervenção precoce e Professores em Mobilidade por doença e em Horário Zero” em 02/06/17. (Anexo XXV)

Dirigido à Exma. Senhora Diretora de Serviços da Direção-Geral da Educação, sobre o tema “Calendário Escolar 2017-2018” em 31/05/17. (Anexo XXVI)

Dirigido à Exma. Senhora Diretora de Serviços da Direção-Geral da Educação, sobre o tema “Despacho Normativo Organização do Ano Letivo 2017/2018” em 07/04/17. (Anexo XXVII)

Comissão Parlamentar de Educação, Ciência - “Que mudanças para uma escola e uma sociedade verdadeiramente inclusivas? – Testemunhos de vivências da escolaridade por parte de alunos com NEE” em 05/04/17. (Anexo XXVIII)

Audiência à DN no Parlamento Europeu e recebida pelos Senhores Eurodeputados, Liliana Rodrigues, José Manuel Fernandes, Marinho e Pinto e, Inácio Faria - “Contributos para uma Política Educativa de Sucesso” e “Texto base para uma Estrutura de um Código Ético e Deontológico” em 21/03/17. (Anexo XXIX)

4.2. Realização de Seminários, Conferências, Encontros e Debates

A Direção Nacional promoveu um conjunto de seminários/encontros, conferências e debates abertos à participação de docentes, em particular aos seus associados.

Realização na cidade de Santo Tirso do XI Encontro Luso-Espanhol, ANPE/ANP, com a colaboração e patrocínio especial da Câmara Municipal da referida cidade em 10 e 11 /03/17. (Anexo XXX)

Realização de debates regionais "**Código Ético e Deontológico da Profissão Docente**", abordagens e contributos, nas Secções Regionais: Centro Litoral, Douro, Minho e Sousa e Tâmega com a participação de associados e docentes em geral. (Anexo XXXI)

Apresentação do Documento "Código Ético" elaborado pela ANP, no Parlamento Europeu, aos Senhores Eurodeputados do PS, PSD e PRD em 21/03/17 em Bruxelas. (Anexo XXXII)

Apresentação do Documento "Código Ético" elaborado pela ANP na CESI Educação aos parceiros europeus, em 23/03/17 em Bruxelas.

4.3. Participação em audiências

Audiência na Sede da Comissão Nacional da UNESCO, pela sua representante, Dr.ª Fátima Claudino, especialista do Programa Educação, em Lisboa. Foram apresentados os principais contributos da ANP no que respeita à educação, à escola e aos professores e o documento Código Ético e Deontológico. Foi solicitada uma análise ao documento, precedida de contributos em 10/05/17.

A ANP/DN reuniu com a Professora Doutora Patrícia, da Universidade Nova, com o objetivo de a ANP integrar o Projeto de Pesquisa EDULOG – *Pensar. Atuar. Renovar. Think Tank da Educação*. Promovido pela Fundação Belmiro de Azevedo em 10/05/17.

Audiência no Parlamento Europeu com os Eurodeputados, Liliana Rodrigues, José Manuel Fernandes, Marinho e Pinto e, Inácio Faria, com o objetivo de apresentar a ANP e fazer um enquadramento da sua ação relativamente às políticas educativas e do texto do código ético e deontológico em 21/03/17.

Audiência na Presidência da República, com o Assessor Senhor Dr. João Mata, realizada no Palácio de Belém em 13/03/17.

4.4. Participação em Seminários, Conferências, Audições e Fóruns

Participação na I Conferência Científica de projetos educativos para Seniores, UTIs, RUTIS no Porto em 16 e 17/02/17.

Audiência na Presidência da República com o Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Senhor Presidente da República em 13/03/17.

A convite da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, a ANP esteve presente na Conferência "Educação de Adultos e Aprendizagem ao longo da vida: melhores oportunidades, melhor economia" em 21/06/17. (Anexo XXXIII)

A convite da Comissão Organizadora “Galardões da Nossa Terra”, a ANP integrou o júri, conjuntamente com centenas de personalidades e instituições das mais diversas áreas de atuação, para atribuição dos Galardões “A Nossa Terra” – XX Edição.

A ANP esteve presente na XX Edição da Cerimónia Pública da entrega dos Galardões, no Theatro Circo de Braga em 06/06/2017. (Anexo XXXIV)

ANP foi convidada pelo Instituto Superior de Educação Jean Piaget de Gaia, a versar sobre o Sistema Educativo Português, em parceria com um representante do Sindicato FETE UGT - Sector de Enseñanza de FeSP-UGT, Professor Fernando Garcia Eduardo, com o objetivo de identificar aspetos que caracterizam os dois sistemas de Ensino Português/Espanhol, ao nível da organização curricular, carreira docente, horário de trabalho, ou seja, uma sistematização dos dois sistemas, permitindo refletir em que medida podem ser introduzidas melhorias no sistema português e sistema espanhol, a partir da compreensão dos dois sistemas em 31/05/17.

A convite da *Think Tank da Educação da Fundação Belmiro de Azevedo*, a ANP esteve presente na Conferência Internacional EDULOG 2017, sobre “Desenvolvimento Económico Regional da Europa do Sul: Políticas e Ensino Superior”, na Porto Business School em 25 e 26/05/17. (Anexo XXXV)

Participação Internacional na European Confederation of Independent Trade Unions (CESI) em todos os encontros/reuniões sobre a temática Educação e no Consejo Profesional “Educación, Formación e Investigación” (EDUC) Bruxelas.

A ANP/DN participou na reunião da CESI-EDU em Bruxelas, onde apresentou o documento do Código Ético Deontológico aos membros presentes. Após a apresentação, procedeu-se a um amplo debate de esclarecimento e definição de estratégias para a apresentação do nosso documento nos diferentes países representados na CESI. Foi designado um membro da CESI-EDU para elaborar um documento, com os contributos de todas as organizações representadas, sobre as perspetivas de aplicabilidade do Código Ético Deontológico nos diferentes países associados à CESI. O documento será apresentado na próxima reunião a agendar pelo Presidente do Conselho de Educação – CESIEDU (23/05/2017).

A convite da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, a ANP esteve presente na Conferência Parlamentar sobre “Intervenção Precoce e Inclusão” em 18/05/17. (Anexo XXXVI)

Encontro com o grupo de trabalho internacional da SKIP para preparação do Movimento do dia de aulas ao ar livre a realizar no mês de maio a nível nacional e Regiões Autónomas nos estabelecimentos de ensino público e privado.

“*Movimento Dia de Aulas ao ar Livre*” promovido pela ANP em parceria com a Skip em 18/05/2017. (Anexo XXXVII)

A convite da Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa (CCIAP), a ANP esteve presente na Terceira Edição das Jornadas Árabes: “Memórias Árabe-Islâmicas, Diálogo entre Civilizações”, em Lisboa em 17 e 18/05/17. (Anexo XXXVIII)

A convite do Conselho Nacional de Educação, a ANP esteve presente na Conferência Internacional 'Beyond PISA Results', que contou com as intervenções de Andreas Schleicher (OCDE), Tim Oates (Cambridge Assessment) e Patricia Perez (Comissão Europeia) em 16/05/17. (Anexo XXXIX)

A convite da Comissão Organizadora dos XXIV Encontros Filosóficos “Educar em Tempo de Incerteza”, a ANP esteve presente e interveio, nas “ilhas do triângulo” (Faial, São Jorge e Pico), nos Açores em 25 a 29/04/2017. (Anexo XL)

A convite da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, a ANP esteve presente e interveio na Audição Pública a Alunos com Necessidades Educativas Especiais e Pais/Encarregados de Educação: - “Que mudanças para uma escola e uma sociedade verdadeiramente inclusivas? – Testemunhos de vivências da escolaridade por parte de alunos com NEE” em 05/04/17. (Anexo XLI)

A convite da Comissão de Proteção ao Idoso (CPI), a ANP esteve presente na Conferência “Ética e Cidadania”, no Auditório de S. Marcos, Santa Casa da Misericórdia de Braga. Foi conferencista Álvaro Laborinho Lúcio – Juiz Conselheiro Jubilado do Supremo Tribunal em 23/03/17. (Anexo XLII)

A convite da Ordem dos Psicólogos, a ANP esteve presente na Conferência e Sessão de Apresentação da iniciativa “Escola SaudávelMente, na Escola Secundária Carolina Michaelis, Porto em 29/03/17.

A convite da Universidade Europeia, a ANP esteve presente na 6ª edição do *College Induction*, “A Escola 2030 | Abordagens inovadoras para atrair e reter mais e melhores Alunos” no Auditório do Campus da Universidade, em Lisboa em 23/02/17. (Anexo XLIII)

A convite da RUTIS, a ANP esteve presente na I Conferência Internacional de Projectos Educativos para Seniores, UTIs, no Porto em 16 e 17/02/17. (Anexo XLIV)

4.5. Participação em meios de Comunicação (entrevistas)

Entrevista na TVI – sobre o “Avaliação dos Alunos” em 04/07/17;

Jornal de Notícias – “Reutilização de manuais escolares e manuais digitais” em 11/07/17;

Revista Professor Mais – “Trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Saúde Vocal da ANP” em 28/06/17;

Revista “Saber Viver” – “Burnout na profissão docente” em 27/06/17;

Agência Lusa – “uma das medidas do Programa SIMPLEX+2017 – provas de aferição do 8º ano *on-line* em 26/06/17;

RTP Madeira – Notícias das 19H00 em 02/06/17;

Entrevista na TVI24 – Programa SOS24, Participação em direto e que contou com as intervenções de dois comentadores residente do programa, sobre o “Agressões a Professores” em 22/05/17;

Rádio renascença - Participação em direto na Rádio Renascença no programa 6h30 às 10h com a Carla Rocha, em Lisboa, sobre o “Movimento Dia de Aulas ao ar Livre” promovido pela ANP em parceria com a *Skip*. (No âmbito desta parceria, foram enviados pela ANP 25.404 e-mails com a

divulgação do Movimento, do que resultou 39.991 crianças portuguesas inscritas das 1.090.652 crianças envolvidas em todo o mundo 17/05/17);

Jornal de Notícias – “Alunos levam armas para as escolas” em 11/04/17;

RTP3 - Jornal das 14h, sobre "Violência na Escolas" em 11/04/17;

Presença a convite na SIC no Programa Queridas Manhãs - Júlia Pinheiro “Agressões na Escola” em 07/04/17;

Entrevista ao Jornal de Notícias – “Turmas por nível – turmas homogéneas ou heterogéneas?” em 21/03/17;

País ao Minuto – “Perfil do Aluno corre o risco de ser apenas "mais um documento" em 16/03/17;

Entrevista ao Jornal de Notícias – “Diretores pedem recursos e autonomia, professores querem menos” em 22/02/17;

Entrevista à Lusa sobre a análise do Relatório Avaliação Interna e Externa apresentado e divulgado pelo Ministério da Educação em 21/02/17;

Entrevista à Lusa sobre o que a ANP gostaria de ver debatido no debate do dia 24 no Parlamento pelo BE em 17/02/17;

Entrevista na RTP1 sobre “indisciplina nas escolas” com a participação de uma docente e membro da Comissão Pedagógica em 07/02/17;

Entrevista Antena1 “Peso das Mochilas” em 06/02/17

4.6. Ações e eventos a nível interno

- Elaboração de uma Estrutura Código Ético e Deontológico
- Foram realizadas quinze reuniões com as Secções Regionais;
- Foram enviados a agrupamentos (809), escolas privadas (3132), autarquias/juntas de freguesia (717), organismos (262), associados e Secções Regionais, informações para participação no *Movimento dia de Aulas ao ar Livre*;
- Reunião com a DGAE;
- Foram elaborados cinco documentos com contributos para a melhoria da educação em Portugal;
- Presentes no Ministério dos Negócios Estrangeiros e na Torre do Tombo;
- Foi aumentado o nº de alunos e alunas nas USANPSénior (planificação de atividades: participação em programas televisivos; visitas a museus e exposições; participação em eventos de solidariedade, participação em eventos musicais);
- Participação Internacional – CESI em todos os encontros/reuniões sobre Educação e no Consejo profesional “Educación, Formación e Investigación” (EDUC);
- Foram acompanhadas as atividades desenvolvidas pelos serviços externos de segurança e higiene e saúde no trabalho (verificações, auditorias, inquéritos e relatórios, medidas de autoproteção do edifício da Sede Nacional sito na Rua de S. Vicente, Braga e Secção Regional do Douro);
- Foram elaborados quatro projetos para o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para responder às necessidades apresentadas pelas Secções Regionais: Lisboa Norte, Beira Baixa, Alto Douro e Douro Sul e Madeira;

Foram promovidas e consolidadas parcerias com instituições, organismos e outros, visando o desenvolvimento de ações que promovam a melhoria da qualidade da educação e o sucesso escolar e educativo tais como:

- a) Confédération Européenne des Syndicats Indépendants (CESI);
- b) Instituto Superior de Educação Jean Piaget;
- c) Sindicato Independiente de Educación Pública (ANPE);
- d) Associação dos Professores de Santa Catarina e Picos (APROSPI) – Cabo Verde;
- e) Associação Portuguesa dos Produtores de Cerveja (APVC);
- f) Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP);
- g) Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ);
- h) Parceira da Associação Rede de Universidades da Terceira Idade (RUTIS);
- i) Colaboração:



5. Outras Atividades/Serviços

5.1. Plano Jurídico

A Direção Nacional através do departamento jurídico, atenta à complexidade legislativa emanada pelo Ministério da Educação, das relações entre as escolas e os docentes (vice-versa), deu resposta atempada aos seus associados, assim:

- a) Prestou-se apoio jurídico aos associados da ANP;
- b) Procedeu-se, por solicitação dos membros dos órgãos da ANP, à análise e elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídicos;
- c) Prestou-se apoio jurídico aos membros da Direção Nacional no acompanhamento na preparação de pareceres legislativos e outros;
- d) Prestação de apoio contínuo e personalizado aos professores associados da ANP, no que concerne à aplicação dos Estatutos da Carreira Docente da Rede Pública ou Privada, apoio esse consubstanciado em consultas presenciais, por telefone ou correio eletrónico, realizado de segunda a sexta-feira;
- e) Elaboraram-se pareceres e estudos sobre a interpretação e aplicação dos aludidos Estatutos;
- f) Recolha e tratamento de legislação, jurisprudência, doutrina e outra informação necessária ao correto prosseguimento dos objetivos do Departamento;
- g) Difusão da interpretação e explicação da legislação publicada pelo Ministério da Educação, em todas as matérias relacionadas com a docência e/ou aplicáveis a todos os docentes;
- h) Auxílio aos associados, procurando dar resposta, em esclarecimentos pontuais, em áreas ou matérias jurídicas, realizando o devido encaminhamento/enquadramento;
- i) “*Defesa*” em sede de processos disciplinares, onde se inclui a defesa por escrito e participação em diligências de prova, independentemente do âmbito geográfico;
- j) Assumpção do patrocínio judiciário quando necessário, nomeadamente no âmbito administrativo, incluindo os que possam resultar de decisões disciplinares.

Foram realizadas cerca de novecentas consultas aos associados, 700 via telefone e 200 via *email*, quinze representações em sede de processos disciplinares, assim como se procedeu à instauração de 10 processos judiciais.

5.2. Defesa do Professor

Este espaço tem como objetivo auxiliar e informar os docentes em termos jurídicos, designadamente em sede judicial, em termos psicológicos e profissionais.

5.3. Gabinete Saúde Vocal

Contactos diretos com Agrupamentos e Diretores. Formação de docentes e consultas a Associados em particular.

5.4. Comunicação

Alterou-se a dinâmica do portal da Associação Nacional de Professores e, consequentemente a sua imagem. No ano 2016/2017 o sítio da ANP foi acedido por 41976 visitantes e o número de utilizadores ativos foi de 11681.

6. Grupos de trabalho

A DN criou em 2017 com a estreita anuência do Conselho Nacional, um Grupo de Trabalho para “Elaboração do documento Código Ético” e outras atividades associadas (elaboração, reflexão, debate e apresentação) tendo já realizado 7 reuniões com o objetivo de aferir as sensibilidades e enquadramento da temática, promovendo uma reflexão estratégica a desenvolver para a apresentação final a todos os docentes.

O Grupo de Trabalho promoveu encontros nas Secções Regionais, com a Direção Geral de Administração Educativa e com o Coordenador dos Diretores dos Centros de Formação.

O Grupo de Trabalho é composto por representantes da Direção Nacional, Conselheiros e Conselho Científico.

7. Formação Contínua

O Centro de Formação Contínua Leonardo Coimbra promoveu uma (1) Oficina de Formação; doze (12) Cursos de Formação; seis (6) Ações de Curta Duração; cinco (5) Seminários/Encontros (Anexo XLV)

8. Universidade Sénior – USANP

A Universidade USANP funciona em três secções Regionais: Lisboa Norte, Lisboa Sul e Minho.

9. Atividade corrente da Direção Nacional

O plano apresentado operacionaliza toda a ação da ANP com base na relação de proximidade aos associados/as, professores/professoras e a realidade local, assente sobretudo nas dinâmicas desenvolvidas pelas secções, permitindo à direção nacional ter um melhor conhecimento dessa realidade, participar e apoiar no desenvolvimento das diferentes ações implementadas, contribuindo para uma maior visibilidade e crescimento sustentado da ANP.

Foram elaborados documentos para uma sustentada divulgação da ANP.

Identificamos mais atividades correntes da Direção Nacional, realizadas pelos seus membros que não se integram nos pilares estratégicos do modelo de intervenção, ainda que sejam essenciais, enquanto atividades de suporte e sustentabilidade, para a execução do Plano de Atividades, nomeadamente:

- Professores na Universidade Sénior Lisboa Norte e Sul e Universidade Sénior ANP Minho;
- Formadores em formação contínua acreditada e certificada;
- Avaliadores de cursos do Ensino Superior;
- Oradores;
- Autores de artigos na área da educação.

A par deste investimento mais ativo em termos de recursos, tempo de trabalho e funções docentes, os dirigentes desenvolveram restantes atividades derivadas das responsabilidades delineadas na Estrutura Organizativa da Direção Nacional (Anexo XLVI)

11. Agradecimentos

A Direção Nacional expressa aqui o seu reconhecimento público a todas e a todos os que apoiaram e colaboraram ao longo do ano de 2017, contribuindo para que a Instituição que todos dignificamos continue a ser cada vez mais respeitada e reconhecida.

Obrigada

Braga, 23 de março de 2018

A Direção Nacional

Siglas Utilizadas

ANP – Associação Nacional de Professores

APVC – Associação Portuguesa dos Produtores de Cerveja

CN – Conselho Nacional

CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais

DEFI – Departamento de educação, formação e investigação

DFLC – Centro de Formação Leonardo Coimbra

DGE – Direção Geral de Educação

EDUC - Educação

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

ME – Ministério da Educação

OCEPE – Orientações Curriculares da Educação Pré-Escolar

PAR – Associação Par - Respostas Sociais

SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências

USANPSénior – Universidade Sénior ANP



Anexos

Anexo I

Exmo. Senhor
Professor Doutor Alexandre Quintanilha
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
Assembleia da República

Braga, 18.01.2017

V/Refª: Ofício nº 68/8ª – CEC/2017

N/Ref.ª 012/GP/2017

Assunto: Petição nº 233/XIII/2.ª – Pedido de Informação

Excelência,

Em resposta ao solicitado pelo ofício identificado em epígrafe, datado de 11 de janeiro de 2017, a Associação Nacional de Professores (ANP) pronuncia-se sobre o teor do assunto.

Relativamente ao teor inserto e vertido na petição em equação, a Associação Nacional de Professores, no exercício do direito de pronúncia, de acordo com a Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, discorda globalmente com o vertido na petição em apreciação, nomeadamente no que concerne às posições enunciadas sobre Planeamento, Organização e de Cooperação para os “estudantes”; na necessidade de implementar um Sistema de Gestão da Qualidade e da Responsabilidade Social, nas escolas, auditáveis pelas Associações Sociais, nomeadamente pelas Associações e Alunos e de Pais e Encarregados de Educação.

Associação Nacional de Professores (ANP) compreende as preocupações do peticionário, contudo não preconiza, não aprova nem se revê nas alegações enunciadas, nomeadamente nas seguintes: o calendário escolar é da responsabilidade do Ministério da Educação ouvidos os respetivos parceiros onde estão definidos os períodos para avaliação; a calendarização do período de entrega das avaliações aos estudantes na presença dos Pais/Encarregados de Educação compete às direções das Escolas/Agrupamentos ouvidos os respetivos órgãos intermédios e Associações de Pais, pelo que é uma decisão autónoma da cada Agrupamento indo ao encontro do interesse manifestado por todos os intervenientes; as provas de avaliação realizadas pelos alunos obedecem ao estipulado nos regulamentos internos e o seu planeamento é definido nos conselhos pedagógicos, nos conselhos de turma e nos conselhos de ano e de departamento; as associações de alunos, de pais e encarregados de educação têm um papel muito importante nas escolas o qual está devidamente enquadrado e legitimado, pelo que um Sistema de Gestão da Qualidade é da responsabilidade de toda a comunidade educativa à qual compete fazer a sua avaliação/auditoria, no sentido de melhorar a sua atuação/intervenção e, por consequência, proporcionar uma melhor organização na escola em prol e benefício dos seus alunos.

Face ao anteriormente expandido e, porque a autonomia pedagógica e gestão das escolas é da responsabilidade dos seus profissionais e respetivos órgãos diretivos e autarquias locais, no entender da ANP, as pretensões do peticionário extravasam os papéis específicos e distintos de cada uma das entidades.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da
Associação Nacional de Professores,


(Paula Figueiras Carqueja)

Anexo II

Exmo. Senhor
Professor Doutor Alexandre Quintanilha
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
Assembleia da República

Braga, 17.01.2017

V/Refª: Ofício nº 31/8ª – CEC/2017

N/Ref.ª 011/GP/2017

Assunto: Petição nº 206/XIII/2.ª – Pedido de Informação

Excelência,

Em resposta ao solicitado pelo ofício identificado em epígrafe, datado de 04 de janeiro de 2017, a Associação Nacional de Professores (ANP) pronuncia-se sobre o teor do assunto.

Relativamente ao teor inserto e vertido na petição em equação, a Associação Nacional de Professores, no exercício do direito de pronúncia, de acordo com a Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, concorda totalmente com o vertido na petição em apreciação, nomeadamente no que concerne às posições enunciadas não apenas como necessidades, mas também como exigências que urge implementar.

A Associação Nacional de Professores (ANP) reconhece como justas e necessárias as quatro componentes abordadas na petição: *Aprovação de um plano de combate à precariedade; Descongelamento das progressões na carreira; Reorganização do horário de trabalho dos docentes; Aprovação de um regime excecional de aposentação dos docentes.*

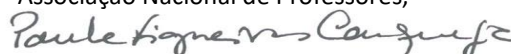
De facto, a ANP entende, corrobora e comunga da mesma opinião de que os docentes são dos grupos profissionais mais afetados pelo desemprego, têm os seus salários reduzidos desde 2011, os horários de trabalho são cada vez mais impraticáveis e o regime de aposentação dos docentes não é de todo adequado à situação destes profissionais, não tendo em consideração as inúmeras especificidades, nem tão pouco o elevado desgaste provocado pelo exercício profissional.

A pertinência e importância desta petição mais que oportuna é uma necessidade, por quanto, o desgaste e a desmotivação dos docentes já em alta, continuará a aumentar podendo atingir proporções imprevisíveis no sistema educativo.

Face ao anteriormente expandido e, porque se exige respeitar os docentes, melhorar as suas condições de trabalho (identificação clara do que é componente letiva) e valorizar o seu estatuto de carreira é de considerar a pretensão da iniciativa da Federação Nacional de Professores (FENPROF).

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da
Associação Nacional de Professores,



(Paula Figueiras Carqueja)

Anexo III

Exmo. Senhor

Professor Doutor Alexandre Quintanilha

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Assembleia da República

Braga, 17.01.2017

V/Refª: Ofício nº 9/8ª – CEC/2017

N/Ref.ª 010/GP/2017

Assunto: Petição nº 202/XIII/2.ª – Pedido de Informação

Excelência,

Em resposta ao solicitado pelo ofício identificado em epígrafe, datado de 04 de janeiro de 2017, a Associação Nacional de Professores (ANP) pronuncia-se sobre o teor do assunto.

Relativamente ao teor inserto e vertido na petição em equação, a Associação Nacional de Professores, no exercício do direito de pronúncia, de acordo com a Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, concorda com o vertido na petição em apreciação, nomeadamente no que concerne à solicitação dirigida à Direção Geral de Educação para que seja autorizada a continuidade do uso da calculadora gráfica no exame de Físico-Química A do 11.º ano.

A Associação Nacional de Professores (ANP) reconhece a pertinência da pretensão da peticionária, pois a revogação do uso da calculadora gráfica no exame de Físico-Química A, consubstancia-se numa regressão num mundo cada vez mais tecnológico, sendo que a maioria dos países europeus permite o uso destas calculadoras em situação de exame.

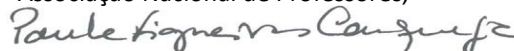
Tendo em conta que a calculadora gráfica é uma ferramenta de trabalho utilizada diariamente pelos alunos nesta disciplina, não faz sentido a proibição da mesma em situação de exame. Considerando também o investimento por parte das famílias na aquisição da calculadora, será lógico a sua rentabilização ao máximo. Por outro lado, a proibição do seu uso em exame diminuirá, certamente, o interesse quer em adquiri-la, quer em aprender a usá-la. Estamos certos que o uso desta ferramenta em todas as situações contribuirá para uma melhor aprendizagem, e consequentemente para a consecução de melhores resultados dos alunos.

Face ao anteriormente expandido é de considerar a pretensão da peticionária.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da

Associação Nacional de Professores,



(Paula Figueiras Carqueja)

Anexo IV

Exmo. Senhor
Professor Doutor Alexandre Quintanilha
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
Assembleia da República

Braga, 20.01.2017

V. Refª: Ofício nº 58/8ª-CEC/2017

N/Ref.ª 013/GP/2017

Assunto: Petição nº 225/XIII/2ª – Pedido de Informação

Excelência,

Relativamente ao teor inserto e vertido na petição em equação, a Associação Nacional de Professores, no exercício do direito de pronúncia, de acordo com a Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, entende que a pretensão formulada pelo peticionante ainda não poderá ser objeto de discussão, pelos motivos que *infra* se explanarão.

Com efeito, toda a factualidade melhor descrita na petição, versa sobre uma eventual matéria legislativa, e que face a esse desiderato ainda não foi objeto de qualquer publicação e vigência.

Aliás, conforme resulta do teor inserto na petição, a mesma pretende alterações de “propostas de alteração” de uma revisão do sistema de concursos, previsto no Decreto-Lei 132/12 de 27 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 146/2013 de 22 de outubro, Lei nº 80/2013 de 28 de novembro, e pelo Decreto-Lei 83-A/2014 de 23 de maio, assim como de uma portaria, ainda sob a forma de projeto, relativa a uma vinculação extraordinária de docentes.

Ora, sucede que nesta matéria, ou sobre as hipotéticas alterações, as mesmas ainda se encontram a ser negociadas com as associações sindicais nesta data, podendo ainda vir a verificar-se uma negociação suplementar, nos termos dos artigos 4º nº 1 alínea a) e 347º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, anexa à Lei 35/2014 de 20 de junho, assim como nos termos dos artigos 2º e 404º e seguintes do Código de Trabalho aprovado pela Lei 7/09 de 21 de fevereiro.

Aliás, a precocidade das situações ora peticionadas, resultam inclusivamente da decorrência de não virem a ser objeto de qualquer consagração legal, vide por exemplo, neste sentido, no projeto de portaria para uma vinculação extraordinária de docentes, a exigência de cinco contratos resolutivos nos últimos seis anos no mesmo grupo de recrutamento.

Em conclusão, a matéria vertida na petição ainda não poderá ser objeto de apreciação, face à extemporaneidade da mesma.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da
Associação Nacional de Professores,



(Paula Figueiras Carqueja)

Anexo V

Exmo. Senhor
Professor Doutor Alexandre Quintanilha
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
Assembleia da República

Braga, 02.05.2017

V. Refª: Ofício nº 172/8ª-CEC/2017

N/Ref.ª 071/GP/2017

Assunto: Petição nº 252/XIII/2ª – Pedido de Informação

Excelência,

Relativamente ao teor inserto e vertido na petição em equação, a Associação Nacional de Professores, no exercício do direito de pronúncia, de acordo com a Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, entende que a pretensão formulada pelo ora peticionante deverá ser objeto de discussão em sede legislativa e devidamente regulamentada, pelos motivos que *infra* se explanarão.

Com efeito, o teor inserto na petição pugna pela criação de um grupo de recrutamento (docente) para os professores de técnicas especiais, como dança clássica, expressão corporal dramática, musical, etc., que consecutivamente têm celebrados contratos de trabalho em funções públicas, com termo resolutivo certo.

Assim, será de todo justo, que seja realizado um estudo (pelo Ministério da Educação) no qual se apure, se estas necessidades que determinaram a contratação pública em equação, revestem ou não um carácter permanente, e em caso afirmativo, ser criado um grupo de recrutamento docente correspondente, com pleno acesso à carreira docente, salvaguardando sempre a realização de formação adequada para o ensino, caso esta não conste na respetiva habilitação profissional.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da
Associação Nacional de Professores,



(Paula Figueiras Carqueja)

Anexo VI

Exmo. Senhor
Professor Doutor Alexandre Quintanilha
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
Assembleia da República

Braga, 02.05.2017

V. Ref^a: Ofício nº 185/8^a-CEC/2017

N/Ref.^a 072/GP/2017

Assunto: Petição nº 253/XIII/2^a – Pedido de Informação

Excelência,

Relativamente ao teor inserto e vertido na petição em equação, a Associação Nacional de Professores, no exercício do direito de pronúncia, de acordo com a Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, entende que a pretensão formulada pelo ora peticionante deverá ser objeto de discussão em sede legislativa e devidamente regulamentada, pelos motivos que *infra* se explanarão.

Com efeito, o teor inserto na petição apenas pretende compensar aqueles (docentes) que, de acordo com as suas funções dedicaram, desde sempre, um elevado número de horas letivas na docência, ficando assim sujeitos a um enorme desgaste no exercício das suas funções, *de per si* muito específicas, com especial relevância no desenvolvimento das capacidades e competências essenciais na formação de todos aqueles que frequentam o ensino público não superior.

Assim, será de todo assaz injusto, que face às sucessivas alterações legislativas ínsitas tanto no Estatuto da Aposentação, como na Lei nº 11/2014 de 6 de março, por referência ao regime de convergência com o sistema de previdência da Segurança Social, atualmente, os docentes, apenas se possam aposentar aos sessenta e seis anos de idade e três meses, devendo face à especificidade desta carreira, e sempre na perspetiva de uma melhoria contínua na qualidade do ensino, beneficiar os mesmos, a título excecional devidamente justificado, de um regime especial de aposentação.

Neste sentido, a ANP já apresentou junto do Ministério da Educação os seus contributos na matéria em equação, dos quais se destacam os seguintes:

- Consagração de um regime especial a este grupo de docentes do grupo de recrutamento 100 e 110 nos exatos termos e condições da Lei nº 77/2009 de 13 de agosto, sem qualquer penalização, designadamente, no momento em que perfizessem 57 anos de idade e completassem 34 anos de serviço efetivo.
- Os docentes do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário e Educação Especial, devem beneficiar também de um alteração ao atual regime de aposentação, mediante a consagração de um regime transitório que decorreria até 31 de Dezembro de 2020, podendo aposentar-se, independentemente de qualquer outro requisito, quando completassem 36 de anos de serviço efetivo e completo;
- Seja permitida a aposentação ordinária dos docentes no momento em que completassem sessenta anos de idade, e perfizessem 36 anos de serviço efetivo e completo, a ser vertida como aditamento ao Estatuto da Carreira Docente, como uma verdadeira Carreira Especial, ou em diploma legal autónomo próprio;
- Alteração ao artigo 37º-A do Estatuto da Aposentação, o Decreto-Lei 498/72 de 9 de dezembro no qual se determine que o regime da aposentação voluntária será aquele que esteja em vigor no momento em que o subscritor formalize o pedido.

Face a todo o anteriormente expendido, será da mais elementar justiça, por razões de justiça material, que seja criado um regime especial de aposentação, com diferentes condições, atendendo ao grupo de

recrutamento correspondente, mas aplicável a todos os docentes, assim como um regime transitório, com devida correspondência no Estatuto da Aposentação, nos termos propostos e peticionados.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da
Associação Nacional de Professores,



(Paula Figueiras Carqueja)

Anexo VII

Exmo. Senhor

Professor Doutor Alexandre Quintanilha

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Assembleia da República

Braga, 02.05.2017

V. Refª: Ofício nº 200/8ª-CEC/2017

N/Ref.ª 073/GP/2017

Assunto: Petição nº 256/XIII/2ª – Pedido de Informação

Excelência,

Relativamente ao teor inserto e vertido na petição em equação, a Associação Nacional de Professores, no exercício do direito de pronúncia, de acordo com a Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, entende que a pretensão formulada pelo ora peticionante deverá ser objeto de discussão em sede legislativa e devidamente regulamentada, pelos motivos que *infra* se explanarão.

Com efeito, o teor inserto na petição pugna pela criação de um grupo de recrutamento (docente) para os técnicos especializados (educação social, serviço social, psicólogos, animadores socioculturais, ciências da educação, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, intérpretes de língua gestual, fisioterapeutas, etc), que consecutivamente têm celebrados contratos de trabalho em funções públicas, com termo resolutivo certo.

Assim, será de todo justo, que seja realizado um estudo (pelo Ministério da Educação) no qual se apure, se estas necessidades que determinaram a contratação pública em equação, revestem ou não um carácter permanente, e em caso afirmativo, ser criado um grupo de recrutamento docente correspondente, com pleno acesso à carreira docente, salvaguardando sempre a realização de formação adequada para o ensino, caso esta não conste na respetiva habilitação profissional.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da
Associação Nacional de Professores,



(Paula Figueiras Carqueja)

Anexo VIII

Exmo. Senhor
Professor Doutor Alexandre Quintanilha
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
Assembleia da República

Braga, 19.06.2017

V. Ref^a: Ofício nº 298/8^a-CEC/2017

N/Ref.^a 108/GP/2017

Assunto: Petição nº 271/XIII/2^a – Pedido de Informação

Excelência,

Relativamente ao teor inserto e vertido na petição em equação, a Associação Nacional de Professores, no exercício do direito de pronúncia, de acordo com a Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, acerca da exequibilidade e eficácia das medidas referenciadas pelo Grupo de Trabalho, pronuncia-se nos seguintes termos:

1 – Será pertinente a publicação de uma legislação que veicule que o peso das mochilas escolares não deve ultrapassar os 10% do peso corporal das crianças/jovens. Em termos de legislação é perfeitamente exequível e consensual na comunidade educativa e sociedade em geral. Relativamente à eficácia, a medida não poderá ser só legislativa, terá que ser uma medida abrangente, concertada e responsabilizada entre a escola/família e os alunos.

2 – Quanto à exequibilidade vertida no ponto 2-, a escola deverá ter autonomia para definir o espaço temporal, o local da pesagem e a vistoria das balanças, devidamente fundamentado (ex. falta de recursos). Esta medida pode estar efetivada, por exemplo, no Regulamento Interno de cada Unidade Orgânica.

3 – A existência de cacifos em todas as escolas públicas e privadas deve ser exigida e aplicada. Contudo nas escolas do 1.º ciclo, em que as salas são efetivamente as mesmas para os mesmos alunos/as, a existência de armários ou outros dispositivos podem não justificar a existência de cacifos.

A exequibilidade desta proposta é viável, desde que haja um investimento em cada escola para a aquisição e manutenção de cacifos e armários.

4 – O uso do suporte digital, de acordo com o critério de cada escola, será exequível, mas, carece de investimento em termos de equipamento e manutenção do mesmo, formação contínua para os docentes na área das TIC, e disponibilização pelas editoras para edição dos “manuais” em suporte digital. Sobre a eficácia, a concretizar-se a sua aplicabilidade, a alteração/redução do peso das mochilas será significativo.


Concorda com o vertido no texto (ponto 4.1 e 4.2)

De acordo com o ainda solicitado no documento a ANP considera que os três principais fatores que concorrem para o peso excessivo das mochilas são:

- A gramagem atual dos manuais; – necessidade de reduzir a gramagem para papel mais leve;
- O número de manuais e os cadernos de atividades para cada uma das disciplinas;
- A inexistência e/ou insuficientes de cacifos nas escolas;
- O peso das mochilas é maior, mais acentuado e colocados aos alunos/as que frequentam o 5.º e 6.º ano de escolaridade, do 2º Ciclo.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da
Associação Nacional de Professores,


(Paula Figueiras Carqueja)

Anexo IX

Exmo. Senhor

Professor Doutor Alexandre Quintanilha

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Assembleia da República

Braga, 19.05.2017

V. Refª: Ofício nº 232/8ª-CEC/2017

N/Ref.ª 083/GP/2017

Assunto: Petição nº 282/XIII/2ª – Pedido de Informação

Excelência,

Relativamente ao teor inserto e vertido na petição em equação, a Associação Nacional de Professores, no exercício do direito de pronúncia, de acordo com a Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, entende que a pretensão formulada pelo ora peticionante deverá ser objeto de reapreciação pelo Ministério da Educação em sede administrativa, pelos motivos que *infra* se explanarão.

Com efeito, o teor inserto na petição descreve uma situação dirimida, como supra se disse em sede administrativa, a qual se relaciona com o não reconhecimento, para efeitos concursais, de tempo de serviço docente da ora peticionante, designadamente o correspondente a ausência por doenças, ainda que legalmente justificadas, conforme ato/decisão promanado em sede de recurso hierárquico.

In casu, versando o concurso externo para o ano escolar de 2015/2016 aberto pelo Aviso nº 2505-B/2015, publicado no Diário da República, II série, 1º suplemento, nº 46 de 06/03/2015.

Assim, lecionando a peticionante no ensino particular e cooperativo, o seu tempo de serviço prestado no mesmo, para ser contabilizado em sede de procedimento concursal de seleção e recrutamento para o exercício de funções nos estabelecimentos, que funcionam sobre a égide do Ministério da Educação público, necessita em primeiro lugar, de constar em declaração emitida pelo estabelecimento/s onde exerceu funções.

Em segundo lugar, face à supra citada declaração, este tempo de serviço terá que ser certificada/reconhecida pelos serviços competentes (do Ministério da Educação), no caso vertente, a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares nos termos do artigo 50, nº 2 do Decreto-Lei 152/2013 de 4 de Novembro, que aprovou e publicou em anexo o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior.

Ora, foi precisamente isso que se verificou na situação em concreto, pelo que não se compreende como poderá ser colocada em causa este tempo de serviço docente, com o devido respeito, já reconhecido pelos serviços competentes do Ministério da Educação.

Mesmo que as ausências por doença da docente, suspendam o contrato de trabalho, nos termos do artigo 296º nº 5 do Código de Trabalho, esta situação apenas se verifica nos casos previstos na lei, como por exemplo no gozo de férias, conforme o artigo 244º nº 1 do mesmo normativo.

Ademais, os artigos 294º e 295º do Código de Trabalho, expressamente consagram que, nas situações de suspensão do contrato de trabalho, seja por impedimento do trabalhador, seja por impedimento do empregador, o tempo de redução (ou suspensão) conta/releva para efeitos de antiguidade.

Conforme parecer anexo à petição o Ministério da Educação alega, para suportar este seu entendimento, ainda que legalmente não seja aplicável à situação em concreto, ou seja a ausência por doença não releva para efeitos de contagem do tempo de serviço docente, o preceituado no artigo 15 nºs 6 da Lei 35/2014 de 2014, que aprovou e publicou em anexo A lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que as faltas por doença descontam na antiguidade para efeitos de carreira quando ultrapassem trinta dias seguidos ou interpolados em cada ano civil.



Ora, salvo melhor opinião, este não parece ser um bom exemplo, porquanto o próprio Estatuto da Carreira Docente, preceitua no seu artigo 103º que as ausências, nomeadamente por doença ou doença prolongada, não descontam para quaisquer efeitos, correspondendo a prestação efetiva de serviço.

Entendimento, aliás, já vertido na Circular nº B17028899H/2017 de 24 de fevereiro emitida pelo Ministério de Educação.

Por último, a questão processual também alegada pelo Ministério da Educação, ou seja que o ato administrativo em concreto é definitivo, por não existir a figura da reapreciação do recurso hierárquico nos termos do Código do Procedimento Administrativo, sempre se diga que o mesmo poderia ser objeto de revogação (por quem praticou o ato administrativo em equação) nos termos do artigo 165º desse normativo legal.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da
Associação Nacional de Professores,

(Paula Figueiras Carqueja)

Anexo X

Exmo. Senhor

Professor Doutor Alexandre Quintanilha

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Assembleia da República

Braga, 21.07.2017

V. Refª: Ofício nº 333/8ª-CEC/2017

N/Ref.ª 120/GP/2017

Assunto: Petição nº 300/XIII/2ª – Pedido de Informação

Excelência,

Relativamente ao teor inserto e vertido na petição em equação, a Associação Nacional de Professores, vem no exercício do direito de pronúncia nos termos da Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, entendemos que a pretensão formulada pelos ora peticionantes deverá ser atendida em sede legislativa.

A factualidade descrita na petição, com o devido respeito, configura-se como profundamente injusta, porquanto os educadores de infância e docentes do 1º ciclo, atendendo à especificidade das suas funções profissionais, prestam e, sempre prestaram, um maior número de horas na sua componente letiva (25), comparativamente aos restantes professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário (22).

Para minorar a situação destes docentes, foi criada legislação específica em termos de aposentação, nomeadamente, o Decreto-Lei nº 229/05 de 29 de dezembro, que instituiu um regime transitório para os monodocentes, entretanto revogado, e a Lei nº 77/2009 de 13 de agosto, a qual por sua vez instituiu um regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico, em regime de monodocência, que concluíram o curso do Magistério Primário e de Educação de Infância nos anos de 1975 e 1976, estabelecendo como condição de aposentação ordinária, o exercício dessas funções durante trinta e quatro anos de serviço, e o perfazer da idade de cinquenta e sete anos.

Na verdade, estes dois diplomas, a Lei nº 77/2009, ainda vigente, e o Decreto-Lei nº 229/05, na sua génese apenas pretendiam compensar aqueles que, de acordo com as suas funções dedicaram um maior número de horas letivas na docência, estando assim sujeitos a um maior desgaste no exercício das suas funções, também porque lidam com crianças (numa faixa etária na qual são necessários cuidados redobrados globais, seja na aprendizagem, seja a nível comportamental e afetivo), comparativamente a todos os restantes docentes.

Ademais, o próprio Estatuto da Carreira Docente em todas as suas redações, apenas prevê uma verdadeira redução, in casu de cinco horas, da componente letiva dos professores do 1º ciclo e dos educadores de infância, no momento em que completem sessenta anos de idade.

Deste modo, com o devido respeito e salvo melhor opinião, será assaz injusto, que face às sucessivas alterações legislativas ínsitas tanto no Estatuto da Aposentação, como na Lei nº 11/2014 de 6 de março, por referência ao regime de convergência com o sistema de previdência da Segurança Social, estes docentes, atualmente, apenas possam beneficiar de um regime de aposentação voluntária aos sessenta e seis anos e três meses de idade.

Deste modo, será da mais elementar justiça, que seja estabelecido um quadro legal que permita um regime especial de aposentação, mas para todos os docentes, ainda que com diferentes vertentes, face à

especificidade das suas funções, e como uma verdadeira carreira especial neste sentido vide, aliás, o Estatuto da Carreira Docente.

Em conclusão, refira-se que a Associação Nacional de Professores no âmbito das suas atribuições estatutárias nesta matéria já apresentou duas petições, endereçadas não só aos mais altos representantes da nação, como o Exmo. Senhor Ministro da Educação, assim como aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, datadas de 30/10/2012 e 01/07/2014, respetivamente, as quais vieram a ter grande influência na manutenção da vigência da Lei nº 77/09 de 13 de agosto, cuja revogação se encontrava prevista no projeto de Orçamento de Estado para o ano de 2013, assim como na elaboração e aprovação da Lei nº 71/2014 de 1 de setembro.

Igualmente, nesta matéria do regime especial de aposentação, também a estas entidades a Associação Nacional de Professores enviou duas missivas datadas de 18/12/2015 e 07/06/2017, respetivamente, mediante as quais prestou os seus contributos nesta matéria, com propostas concretas, indo ao encontro do pedido formulado pelos ora peticionantes, defendendo que, aos docentes dos grupo de recrutamento 100 e 110 fosse permitido o direito a uma aposentação voluntária, nos exatos termos e condições da Lei nº 77/2009 de 13 de agosto, sem qualquer penalização, designadamente, no momento em que perfizessem 57 anos de idade e completassem 34 anos de serviço efetivo.

Por outro lado propôs igualmente que, fosse estabelecido um regime especial de aposentação para os docentes com habilitações profissionais dos 2º e 3º ciclos, quadro de educação especial e secundário, que permitisse a sua aposentação ordinária no momento em que completassem sessenta anos de idade, e perfizessem 36 anos de serviço efetivo e completo.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da
Associação Nacional de Professores,



(Paula Figueiras Carqueja)

Anexo XI

09/01/2017 - Projeto de lei n.º 321/XIII (2.ª) (BE) - Isenção de propinas no primeiro e segundo ciclos de estudos no ensino superior para estudantes com deficiência;

Resposta da ANP – A ANP de acordo com solicitado no ofício nº 47/8ª-CEC/2017 de 9 de janeiro, sobre o a emissão de parecer/contributo ao PROJETO DE LEI N.º 321/XIII/2.ª apresentado pelo BE, vimos pela presente cumprir esse desiderato nos seguintes termos:

Analizando o teor vertido no referido Projeto de Lei é nosso entendimento emitir contributo relativamente ao mesmo, acrescentando o texto que se transcreve nos Artigos 1.º e 2.º, ficando com a seguinte redação:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei isenta do pagamento de propinas nas instituições de ensino superior públicas, nos ciclos de estudo conducentes aos graus de licenciado e de mestre, os estudantes com taxa de incapacidade igual ou superior a 60%, comprovada por Atestado Médico de Incapacidade Multiusos, e de acordo com o rendimento do seu agregado familiar conforme os critérios de majoração que vierem a ser definidos na regulamentação prevista no Artigo 4.º.

Anexo XII

09/01/2017 - Projeto de lei n.º 329/XIII (2.ª) (PAN) - Acessibilidade efetiva para todos os estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior;

Resposta da ANP – A ANP de acordo com solicitado no ofício nº 47/8ª-CEC/2017 de 9 de janeiro sobre o a emissão de parecer/contributo ao Projecto-lei n.º 329/XIII/2ª, apresentado pelo PAN, vimos pela presente cumprir esse desiderato nos seguintes termos:

Analizando o teor vertido no referido Projeto-Lei é nosso entendimento emitir parecer totalmente favorável ao conteúdo do mesmo, reconhecendo a pertinência da alteração ao «Artigo 1.º : Objeto e âmbito), com o abrangimento de: superior dos sectores público, particular e cooperativo, no seu texto final promovendo uma homogeneização nos diferentes percursos de educação e formação dos jovens com NEE.

Anexo XIII

15/03/2017 - Projeto de Lei nº 326/XIII/2ª (BE) - Medidas de apoio social às mães e pais estudantes atribuindo aos pais o mesmo conjunto de direitos conferidos às grávidas e mães (primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto)

Resposta da ANP - Relativamente ao teor inserto e vertido na proposta de alteração em equação, a Associação Nacional de Professores, no exercício do direito de pronúncia, de acordo com a Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, concorda com o vertido no documento em discussão. No entanto, de acordo com o contributo pretendido, sugerimos a seguinte redação, em termos de técnica jurídica, e sem aditamento de qualquer alínea:

“Artigo 3.º

2. As grávidas e aqueles que se constituam como indicados pais têm direito:

a).....

b).....

c).....

d).....

3. (...)”

Anexo XIV

09/01/2017 - Projeto de resolução n.º 358/XIII (1.ª) - (PS), Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior;

Resposta da ANP – A ANP de acordo com solicitado no ofício n.º 47/8ª-CEC/2017 de 9 de janeiro sobre o a emissão de parecer/contributo ao Projeto de Resolução n.º 358/XIII/1ª, apresentado pelo PS, vimos pela presente cumprir esse desiderato nos seguintes termos:

Analisando o teor vertido no referido Projeto de Resolução é nosso entendimento emitir parecer totalmente favorável ao conteúdo do mesmo, na medida em que os alunos co NEE, finda a escolaridade obrigatória não dispõem de uma resposta e/ou meios que permitam uma adequada evolução contínua no seu percurso educativo.

Anexo XV

15/03/2017 - Projeto de Lei n.º 423/XIII/2.ª (PCP) - Medidas de apoio social a mães e pais estudantes (1.ª alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto)

Resposta da ANP – *Relativamente ao teor inserto e vertido na proposta de alteração em equação, a Associação Nacional de Professores, no exercício do direito de pronúncia, de acordo com a Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, concorda com o vertido no documento em discussão. No entanto, de acordo com o contributo pretendido, sugerimos a seguinte redação, em termos de técnica jurídica, o aditamento da seguinte alínea:*

“Artigo 3º

2. As grávidas têm direito:

a) (...)

b) (...)

c) (...)

d) (...)

e) O disposto nas alíneas anteriores é igualmente aplicável em todos os seus termos ao indicado como pai.

3. (...).”

Anexo XVI

15/03/2017 - Projeto de Lei n.º 424/XIII/2.ª (PAN) - Altera a Lei n.º 90/2001, de 20 de Agosto, que define as medidas de apoio social às mães e pais estudantes -, para apreciação na especialidade.

Resposta da ANP – *Relativamente ao teor inserto e vertido na proposta de alteração em equação, a Associação Nacional de Professores, no exercício do direito de pronúncia, de acordo com a Lei do Exercício do Direito de Petição previsto na Lei nº 43/90 de 10 de agosto, alterada pelas Leis nºs 6/93 de 1 de março, 15/2003 de 4 de junho e 45/2007 de 24 de agosto, concorda com o vertido no documento em discussão salientando a pertinência da sua alteração:*

“1. As mães e pais estudantes abrangidos pela presente lei cujos filhos tenham até 5 anos de idade gozam dos seguintes direitos:

(...)”

Anexo XVII

17/05/2017 - Projeto de Lei nº 486/XIII/2ª (PEV) - Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares.

Resposta da ANP - A ANP, após apreciação do Projeto de Lei nº 486/XIII/2ª (PEV) relativamente ao texto bem como os pressupostos atinentes ao mesmo, considera que é de atender ao solicitado vertido no documento em apreço. Não constante a concordância, ressalva-se da necessidade de melhor contextualizar a acessibilidade, a má utilização ou danificação das ferramentas utilizadas, quem suporta os custos inerentes e associados, assim como a necessidade de um investimento sustentado e assertivo na formação contínua de professores.

Braga, 31/05/2017

Inserido na plataforma da 8ª Comissão.

Anexo XVIII

09/01/2017 - Projeto de resolução n.º 511/XIII (2.ª) (PCP) - Por um ensino público e inclusivo no Ensino Superior;

Resposta da ANP – A ANP de acordo com solicitado no ofício nº 47/8ª-CEC/2017 de 9 de janeiro sobre o a emissão de parecer/contributo ao Projeto de Resolução n.º 511/XIII/2ª, apresentado pelo PCP, vimos pela presente cumprir esse desiderato nos seguintes termos:

Analisando o teor vertido no referido Projeto de Resolução é nosso entendimento emitir parecer totalmente favorável ao conteúdo do mesmo.

De acordo com o vertido na Resolução apresentada pelo partido PCP, consideramos que será de todo o interesse o levantamento real proposto de modo a que realmente se promova um ensino de qualidade com recursos, sem barreiras, com condições mais apelativas, encorajando as pessoas com Necessidades Educativas Especiais a prosseguir os seus estudos ao nível superior, promovendo os fatores de inclusão para que os alunos com Necessidades Educativas Especiais possam aceder e ter sucesso no Ensino Superior.

Com a pretensa recomendação uma vez que não existe legislação que obrigue a ter serviços de apoio nas instituições de ensino superior será de todo pertinente considerar a recomendação.

Anexo XIX

09/01/2017 - Projeto de resolução n.º 512/XIII (2.ª) (PSD) - Por uma maior inclusão dos Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior;

Resposta da ANP – A ANP de acordo com solicitado no ofício nº 47/8ª-CEC/2017 de 9 de janeiro sobre o a emissão de parecer/contributo ao Projeto de Resolução n.º 512/XIII-2ª apresentado pelo PSD, vimos pela presente cumprir esse desiderato nos seguintes termos:

Analisando o teor vertido no referido Projeto de Resolução é nosso entendimento emitir parecer totalmente favorável ao conteúdo do mesmo.

Concordando com o plasmado na presente recomendação apresentada pelo partido PSD, entendemos que antes de ser criada uma carta de boas práticas, deve ser feito uma recolha das práticas em vigor em todas as instituições do ensino superior.

A referida recolha tem como objetivo compaginar e elaborar um documento que proporcione e adote os princípios gerais e medidas específicas que visem assegurar o acesso de todos os estudantes à educação e, ao ensino inclusivo, através da afetação de recursos e ferramentas adequados à sua aprendizagem e comunicação, incluindo a criação de gabinetes de apoios específicos.

projeto lei nº 512

Ocorreu um erro ao verificar o correio de paulacarqueja@anprofessores.com. Detalhes Ignorar

Correio - 5 de 5

COMPOR Exmo. (a) Senhor (a)

Caixa de entrada (3 067)


Com estrela Of. nº 47/8ª-CEC/2017 9 janeiro, 2017

Importante

Correio enviado

Rascunhos (16)

⌵ Categorias



Iniciar sessão

Ao iniciar sessão, iniciará sessão nos Hangouts no Google Saiba mais

- [Projeto de lei nº 321/XIII \(2.ª\)](#) (BE) - Isenção de propinas no primeiro e segundo ciclos de estudos no ensino superior para estudantes com deficiência;
- [Projeto de lei nº 329/XIII \(2.ª\)](#) (PAN) - Acessibilidade efectiva para todos os estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior;
- [Projeto de resolução nº 358/XIII \(1.ª\)](#) - (PS). Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior;
- [Projeto de resolução nº 511/XIII \(2.ª\)](#) (PCP) - Por um ensino público e inclusivo no Ensino Superior;
- [Projeto de resolução nº 512/XIII \(2.ª\)](#) (PSD) - Por uma maior inclusão dos Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior;
- [Projeto de resolução nº 514/XIII \(2.ª\)](#) (PEV) - Respostas, ao nível do ensino superior, para estudantes com necessidades educativas especiais (NEE);
- [Projeto de resolução nº 515/XIII \(2.ª\)](#) (PAN) - Recomenda ao governo português que elabore um plano de ação que permita uma efetiva acessibilidade dos alunos com necessidades educativas especiais ao ensino superior;
- [Projeto de resolução nº 516/XIII \(2.ª\)](#) (BE) - Apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior.

No âmbito desta apreciação, deliberou esta Comissão solicitar a V. Exa a **emissão de parecer/contributo sobre as iniciativas**, solicitando-se que o mesmo seja inserido nas **aplicações disponíveis na página da Comissão** para esse efeito até ao dia 24 de janeiro de 2017.

Anexo XX

09/01/2017 - Projeto de resolução n.º 514/XIII (2.ª) (PEV) - Respostas, ao nível do ensino superior, para estudantes com necessidades educativas especiais (NEE);

Resposta da ANP – A ANP de acordo com solicitado no ofício nº 47/8ª-CEC/2017 de 9 de janeiro sobre o a emissão de parecer/contributo ao Projeto de Resolução Nº 514/XIII/2ª, apresentado pelo partido “Os Verdes”, vimos pela presente cumprir esse desiderato nos seguintes termos:

Analisando o teor vertido no referido Projeto de Resolução é nosso entendimento emitir parecer totalmente favorável ao conteúdo do mesmo, considerando que as medidas ora apresentadas, sejam aplicadas com carácter urgente.

Anexo XXI

09/01/2017 - Projeto de resolução n.º 515/XIII (2.ª) (PAN) - Recomenda ao governo português que elabore um plano de ação que permita uma efetiva acessibilidade dos alunos com necessidades educativas especiais ao ensino superior;

Resposta da ANP – A ANP de acordo com solicitado no ofício nº 47/8ª-CEC/2017 de 9 de janeiro sobre o a emissão de parecer/contributo ao Projeto de Resolução n.º 515/XIII/1.ª, apresentado pelo PAN, vimos pela presente cumprir esse desiderato nos seguintes termos:

Analisando o teor vertido no referido Projeto de Resolução é nosso entendimento emitir parecer totalmente favorável ao conteúdo do mesmo, dado que o levantamento das necessidades dos alunos com NEE, terá sempre como objetivo compaginar e elaborar um documento que proporcione e adote os princípios gerais e medidas específicas que visem assegurar o acesso de todos os estudantes à educação e, ao ensino inclusivo, através da afetação de recursos e ferramentas adequados à sua aprendizagem, comunicação e práticas inclusivas.

Anexo XXII

09/01/2017 - Projeto de resolução n.º 516/XIII (2.ª) (BE) - Apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior.

Resposta da ANP – A ANP de acordo com solicitado no ofício nº 47/8ª-CEC/2017 de 9 de janeiro sobre o a emissão de parecer/contributo ao Projeto de Resolução Nº 516/XIII/2.ª, apresentado pelo BE, vimos pela presente cumprir esse desiderato nos seguintes termos:

Analisando o teor vertido no referido Projeto de Resolução é nosso entendimento emitir parecer totalmente favorável ao conteúdo do mesmo.

Anexo XXIII

Educação de adultos e aprendizagem ao longo da vida: melhores oportunidades, melhor economia

Partindo dos pressupostos e preditos, em que as economias nacionais só poderão atingir o seu pleno potencial se se apoiarem em sistemas de educação, formação sólida e aprendizagem ao longo da vida, torna-se premente assegurar oportunidades de aprendizagem para todos/as os adultos/as. Assim, será de primaz importância a criação de condições para que a educação e a aprendizagem ocorra, colmatando as lacunas dos défices de competências.

Com a Educação de Adultos e aprendizagem ao longo da vida, os custos da iliteracia serão diminuídos, promovendo uma maior coesão e inclusão social, uma vez que uma menor educação e formação dificulta o acesso ao emprego, diminui e por vezes, exclui a participação na vida social e política da comunidade onde estão inseridos. De acordo com Phillipe Perrenoud, *a população diferencia-se pelo nível de instrução*. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), baseados no Censos de 2011, há cerca de meio milhão de analfabetos em Portugal, sendo 130 mil com idades entre os 15 e 65, ou seja 5,2% da população portuguesa.

Nesta perspetiva o país tem de fazer uma maior aposta no conhecimento, alargar o acesso à educação e formação, promover ambientes de aprendizagem para todos, assegurando qualificações de elevado valor, promovendo a igualdade de oportunidades de aprendizagem, através da criação de políticas regionais e locais, com a colaboração e cooperação das escolas e autarquias.

Aquisição de aprendizagens formais e competências na área:

- ✓ Competências básicas, em conteúdos didáticos (Português, Matemática e História). O saber ler, escrever e contar, são, como nos diz, e bem, Silva, D.S (2008), são saberes básicos que potenciam a aprendizagem/conhecimento;
- ✓ Tecnologias da Informação e Comunicação, a literacia é fundamental num mundo global;
- ✓ Área de línguas (metalinguísticas);
- ✓ Aplicação e desenvolvimento de boas práticas e de instrumentos/ferramentas para o aperfeiçoamento pessoal e profissional;
- ✓ Aplicação e desenvolvimento de métodos de aprendizagens centrados nos aprendentes e baseados em e nos seus problemas reais contextualizados;
- ✓ Criação de estruturas para a aprendizagem de competências transversais (colaboração com empresas com o objetivo de reforçar a empregabilidade);
- ✓ Definição criteriosa de instrumentos de avaliação de conhecimentos e competências;
- ✓ Criação de uma plataforma digital para a educação e formação de adultos, para registo de práticas, troca de informações, ideias entre os formadores e/ou docentes para uma melhor formação da população referida;
- ✓ Avaliação contínua das práticas desenvolvidas, com vista a certificação de conhecimentos e competências, por parte de uma entidade reguladora; (credibilização do processo)

Assim, urge implementar, com clareza, uma verdadeira e real educação, formação e aprendizagem, adaptado aos atuais modelos heuréticos com a criação de um sistema de educação de adultos.

Bibliografia consultada

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Censos 2011: Resultados Definitivos - Lisboa, Portugal, 2012
Phillipe Perrenoud, "Das diferenças culturais às desigualdades escolares: a avaliação e a norma num ensino diferenciado", *Análise Psicológica* (1978).

Silva, A.S. (1990) Educação de Adultos – Educação para o Desenvolvimento. Edições ASA

ANP, Braga 19 de junho de 2017

Paula Figueiras Carqueja

A Presidente da ANP

Anexo XXIV

Excelentíssimos Senhores
Ministro da Educação
Presidentes dos Grupos Parlamentares

Braga, 07.06.2017

N/Ref.ª 103/GP/2017

Assunto: **Regime especial de aposentação para todos os docentes**
(Educadores de Infância, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário e Quadro de Educação Especial)

Excelências,

A Associação Nacional de Professores – ANP é uma organização profissional, não sindical e sem fins lucrativos, de docentes de todos os níveis e graus de educação e ensino (educação pré-escolar, ensinos básico, secundário e superior), em exercício no sector público ou no sector privado. Foi fundada em 1985 e Declarada de Utilidade Pública a partir de 1991 (D.R. nº 228, II Série, de 03/10/1991).

A ANP, assumindo uma cultura de responsabilidade e de compromisso com todos os Professores e com o País, enquanto organização de docentes e para docentes, caracterizada por preocupações iminentemente educacionais, profissionais e sociais, balizado pela Declaração de Princípios que a instituiu, e a partir da qual foram gerados os objetivos que colheram consagração estatutária, de consecução e afirmação permanente dos quatro valores que a caracterizam e distinguem das demais organizações profissionais: personalizar, promover, dignificar e congregar, vem muito respeitosamente solicitar a Vossa Excelência a apreciação do documento apresentado por esta associação.

Sendo a profissão docente uma profissão de desgaste rápido, motivado pelas constantes exigências e desafios de uma sociedade em permanente mutação e das respostas cada vez mais complexas, que a sociedade em geral e a comunidade educativa em particular exigem, nomeadamente as crianças e jovens, aos docentes de hoje, torna-se premente a existência de mecanismos que promovam e salvaguardem a qualidade do ensino. Nesta perspetiva, a ANP sempre se pautou na defesa de um regime especial de aposentação. Assim, na sequência de anterior contributo apresentado em 18 de dezembro de 2015, somos a propor o seguinte:

Relativamente aos Educadores de Infância e aos docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico, por razões de justiça material e equidade, será da mais elementar justiça, a consagração de um regime especial de aposentação para estes grupos de recrutamento, 100 e 110, permitindo-lhes ter direito a uma aposentação ordinária e voluntária, nos exatos termos e condições da Lei nº 77/2009 de 13 de

agosto, sem qualquer penalização, designadamente, no momento em que perfaçam 57 anos de idade e completem 34 anos de serviço efetivo.

Pelas razões já expostas, os demais docentes, *in casu* os do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário e Educação Especial, deverão igualmente beneficiar também de um regime especial de aposentação ordinário e voluntário, podendo ser vertido como aditamento ao Estatuto da Carreira Docente, ou regulamentado em diploma legal autónomo nos seguintes termos:

Possibilidade dos docentes poderem aposentar-se ordinariamente e voluntariamente, independentemente de qualquer outro requisito, e sem qualquer penalização, no momento em que completem 36 de anos de serviço efetivo.

Ademais, somos a propor a alteração do artigo 43º, nº 1 do Estatuto da Aposentação, o Decreto-Lei 498/72 de 9 de dezembro, no qual se determine que no regime da aposentação voluntária, seja considerada a legislação que esteja em vigor no momento em que o subscritor formalize o pedido.

Face ao anteriormente expendido, e independentemente do teor das propostas ora apresentadas, e caso Vossa Excelência, entenda, não ser viável a sua distinção, deverá verificar-se uma harmonização mediante a previsão de um regime especial de aposentação ordinário e voluntário, para todos os docentes quando completarem 36 anos de serviço efetivo.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da
Associação Nacional de Professores,



(Paula Figueiras Carqueja)

Anexo XXV

Ex.ma Senhora

Secretária de Estado Adjunta e da Educação

Prof.ª Doutora Alexandra Leitão

Braga, 02.06.2017

N/Ref.ª 090/GP/2017

Assunto: Intervenção precoce e Professores em Mobilidade por doença e em Horário Zero

A Associação Nacional de Professores (ANP) congratula-se com a alteração “às orientações enviadas aos agrupamentos, pela Direção Geral de Estabelecimentos Escolares (DGeste), em que inicialmente afastavam os docentes com especialização em intervenção precoce”.

O Ministério da Educação tem investido, e bem, nesta área tão específica, com a colocação de Professores e Educadores em Mobilidade Estatutária, com Especialização em Educação Especial e Intervenção Precoce. A relação pedagógica, e a sua continuidade são fundamentais para o progresso e sucesso escolar que se pretende com estas crianças. As crianças têm direito a uma educação de qualidade. Investir na educação não é um desperdício, é antes um ganho com um retorno extremamente positivo, nomeadamente a médio e longo prazo para toda a sociedade, por isso, devemos continuar a apostar na qualidade da educação/ensino e dar continuidade ao trabalho destes docentes em prol do bem-estar físico, psicológico e pedagógico das crianças e das suas famílias.

Ademais, entendemos, na nossa humilde opinião, que os docentes em horário zero e em mobilidade por doença, poderão por exemplo, exercer as suas funções na promoção do sucesso educativo, no combate ao abandono escolar, ao absentismo, à exclusão, no trabalho de diferenciação pedagógica, em tutorias, em mediadores de gestão de conflitos, coordenação de projetos apresentados no âmbito escolar em parceria com entidades, e assim, os resultados do sucesso educativo serão cada vez mais positivos, em prol de uma educação pública de qualidade.

A Associação Nacional de Professores, desejando a continuação do bom trabalho até agora realizado pelo Ministério da Educação, e pugnando sempre por uma estreita articulação com as entidades representativas dos docentes, pais e restante comunidade educativa, apresenta os seus melhores cumprimentos com a mais elevada estima e consideração,

A Presidente da Direção Nacional da
Associação Nacional de Professores,



(Paula Figueiras Carqueja)

Anexo XXVI

Ex.ma Senhora
**Diretora de Serviços da
Direção-Geral da Educação
Dra. Margarida Matos**

Braga, 31 de maio de 2017

N/Ref.: 089/GP/2017

A ANP congratula-se pelas alterações protagonizadas no que respeita ao calendário escolar ser o mesmo para o Pré-escolar e 1.º Ciclo, o que aliás esta Associação sempre defendeu de acordo com a opinião unânime dos seus associados e docentes em geral e, em cuja fase anterior, referimos sobre os nossos contributos enviados. Gostaria também que este calendário fosse coincidente com o do 2.º ciclo quanto ao fim das atividades letivas, contudo compreende e aceita que, devido a toda a logística necessária para a realização dos exames do 3.º ciclo e até secundário não seja possível.

Relativamente às Provas de Aferição para o 2.º ano de escolaridade (Português, Matemática e Estudo do Meio) está totalmente de acordo com a pequena alteração proposta, uma pequena antecipação das datas da realização destas provas relativamente a este ano escolar 2016/2017, o que se justifica plenamente para não coincidirem praticamente com o término das atividades letivas no 1.º ciclo.

Está também de acordo com toda a calendarização proposta relativa às interrupções letivas.

Com os meus respeitosos cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da
Associação Nacional de Professores,



(Prof.ª Doutora Paula Figueiras Carqueja)

Anexo XXVII

Despacho Normativo Organização do Ano Letivo 2017/2018

A Associação Nacional de Professores (ANP), Identificação Fiscal nº 502029455, com a Sede Nacional na Rua de S. Vicente, nº 37 – 4710 – 312 Braga e com o endereço de correio eletrónico: geral@anprofessores.pt, expressando o seu consentimento para a sua utilização, constitui-se como interessada em dar os seus contributos para a elaboração do despacho que determina o calendário escolar para o ano letivo 2017 – 2018, dos estabelecimentos de educação e ensino, bem como o calendário de provas e exames dos ensinos básico e secundário.

a) Fixação do número de adjuntos do diretor

Oferta educativa das escolas – Educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico – 2 adjuntos (1 educador/a do pré escolar e 1 professor/a do 1.º ciclo do ensino básico).

Nas escolas com mais de 2200 crianças e alunos, o número de adjuntos do diretor deveria ser 4, independentemente dos níveis de educação e ensino existentes.

- b) Para o exercício dos cargos de subdiretor, adjunto e coordenador de estabelecimento é atribuído um crédito de horas específico calculado de acordo com o número de alunos, nos seguintes termos:

Coordenador de estabelecimento designado nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril:	Número total de crianças e alunos que frequentam a escola
	< 80 >250 +10 horas < 250 >500 + 15 horas < 500 +20 horas

No caso dos educadores/as e professores/as a componente letiva pode ser preenchida em apoio educativo.

- c) Componente letiva de todos os docentes deve ser devidamente explicitada.
- d) Na componente letiva dos professores/as do 1.º ciclo (no seu horário) deve estar incluído o acompanhamento e vigilância dos alunos durante os intervalos entre as atividades letivas.
- e) Os critérios em que assenta a distribuição do serviço docente são definidos pelo diretor, **ouvido o Conselho Pedagógico**, e visam a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, tanto na adaptação aos fins educativos a que se destinam como na otimização do potencial de formação de cada um dos docentes.

“O crédito horário constitui um conjunto de horas atribuído a cada escola e visa assegurar a implementação de medidas de promoção do sucesso educativo, designadamente, no âmbito do plano de ação estratégica elaborado, em sede do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, e a coordenação pedagógica da escola”.

- f) Às turmas do 1.º ciclo do ensino básico para a promoção do sucesso educativo deverão ser atribuídas 6 horas semanais de apoio educativo e/ou coadjuvação.
- g) Para o exercício das funções de direção de turma **cada diretor/a de turma deverá dispor de 4 horas semanais na sua componente letiva.**
O professor/a titular de turma do 1.º ciclo para exercício das suas funções deverá **dispor de 2 horas semanais em horário na sua componente letiva.**
- h) Os Coordenadores de Departamento devem dispor de horas semanais da sua componente letiva para desempenharem as suas funções: Coordenadores de Departamento do 2.º, 3.º ciclo e secundário: 5 horas semanais.
Coordenador/a do Departamento do pré-escolar: 3 horas semanais.
Coordenador/a do Departamento do 1.º ciclo: 3 horas semanais quando existam 10 turmas; > 10>20 turmas – 8 horas semanais; >20 turmas – 15 horas semanais.
Os coordenadores/as do Departamento do 1.º ciclo nos Agrupamentos de Escolas com mais de 20 turmas constituídas ou mais, deverão poder exercer a sua componente letiva em apoio pedagógico e/ou coadjuvação.
- i) A medida de coadjuvação no 1.º ciclo para além das Expressões Artísticas e Físico-Motoras deverão ser permitidas nas outras áreas curriculares quando *estritamente* necessárias para combater o insucesso escolar.
- j) Apoio tutorial específico - Para além do crédito previsto no artigo 9º, é disponibilizado às escolas um crédito horário adicional a fim de ser prestado um apoio tutorial específico aos **alunos do 1.º 2.º e 3.º ciclos** do Ensino Básico que ao longo do seu percurso escolar acumulem duas ou mais retenções. No caso do 1.º ciclo o apoio tutorial justificar-se-ia a alunos com uma retenção.

1. O calendário escolar na Educação Pré-escolar, 1.º e 2.º ciclos do ensino básico deverá ser igual, com as mesmas datas de: início, interrupções letivas e final de ano letivo.

Braga, 07/abril/2017

A Presidente,



Dr.ª Paula Figueiras Carqueja

Anexo XXVIII

Comissão Parlamentar de Educação e Ciência (Grupo de Trabalho de Educação Especial)

Assembleia da República 4 de abril de 2017

Audição Pública a Alunos com necessidades educativas especiais (NEE) e pais/encarregados de educação: “Que mudanças para uma escola e uma sociedade verdadeiramente inclusivas? – Testemunhos de vivências da escolaridade por parte de alunos com NEE

A política definida para a Educação especial deverá ter como ponto de partida os “*Princípios-Chave para a Promoção da Qualidade na Educação Inclusiva - Recomendações para Decisores Políticos*”, tendo em consideração uma monitorização/avaliação ao nosso sistema educativo, o instrumento “*Desenvolvimento de um conjunto de indicadores – para a educação inclusiva na Europa*” publicados pela Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Especial, em 2009. No caso específico do nosso país, encontram-se todos esses princípios e indicadores vertidos numa publicação de 54 páginas, editada em 2011 pela então Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular e que se intitula “*Educação Inclusiva e Educação Especial, Indicadores-chave para o desenvolvimento das escolas: um guia para Diretores*”. Trata-se, a nosso ver, de um documento de orientação e monitorização de alta qualidade, que a ser escrupulosamente valorizado e seguido, nos garantiria uma monitorização sistemática e evolutiva rumo a uma Educação crescentemente inclusiva.

Para uma verdadeira escola inclusiva a ANP sugere:

- Revisão urgente da Formação Inicial em todos os grupos de recrutamento de professores, de forma a que todos adquiram os conhecimentos e as experiências concetualmente fundamentadas, visando a opção pela Educação Inclusiva e a capacitação em intervir com os alunos/as com necessidades educativas especiais.
- Formação para pessoal docente e não docente para uma maior sensibilização quanto à inclusão de alunos/as com NEE nas turmas do ensino regular bem como a aplicação de metodologias e estratégias promotoras da inclusão.
- Promoção de relações de proximidade pais-escola que permitam uma maior articulação e continuidade de atuação nos diferentes contextos.
- Adequação da ação educativa a todas as formas de aprendizagem dos alunos/as, tendo em conta que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversidade de necessidades dos alunos/as na escola, passando pelas adaptações de acessibilidades físicas e curriculares.
- Disponibilização atempada e imediata das ajudas técnica-pedagógicas prescritas pelos técnicos para atender às especificidades do aluno/a.
- Afetação de mais recursos humanos especializados, docentes e não docentes, adequados ao número de alunos com NEE que constam na base de dados de cada agrupamento de escolas.
- Apoio Pedagógico Personalizado na sala de aula como prática efetiva (o que permitirá ao professor de Educação Especial apoiar o professor da turma na adequação de estratégias).
- Criação de recursos físicos e materiais para implementação dos Currículos Específicos Individuais numa perspetiva de promoção de funcionalidade e de uma pré-profissionalização.
- Aditar apoios adequados para alunos/as com dificuldades específicas de aprendizagem;
- Definir com mais clareza o que se entende por “necessidades educativas especiais de carácter permanente”, conforme se expressa no Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro com alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2008 de 12 de maio.

- Na avaliação técnico-pedagógica geradora do traçar do perfil de funcionalidade dos alunos com NEE, é essencial a referência à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, CIF (OMS), mas não desvalorizando outros instrumentos específicos que os diversos técnicos e profissionais continuem a querer adotar, de harmonia com a sua área de intervenção e saber.
- Consideramos também relevante, e dada a grande diversidade de *domínios, qualificadores e códigos* da CIF, dotar cada grupo profissional (médicos, professores, psicólogos, terapeutas, etc.) de um conjunto de códigos-básicos (*core-set*), próprios e específicos da avaliação dentro da área de cada um/a.
- Continuar a incentivar as “Unidades de Apoio Especializado” de atendimento aos alunos/as com multideficiência ou com espectro de autismo.
- Criação de Unidades de Apoio Especializado no ensino secundário, no sentido do aluno/a concluir a escolaridade obrigatória (de 12 anos).
- Articular os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) de forma mais eficaz com as Escolas Regulares, corresponsabilizando também estas na sua administração e gestão.
- Ajustar o tempo de acompanhamento e permanência dos alunos/as com NEE na sua turma, o qual não deve ser definido através duma mera percentagem matemática. Este cálculo deverá depender da conjugação de diversas variáveis, tendo em conta o perfil de funcionalidade do aluno/a, os recursos materiais e humanos existentes, bem como barreiras e condicionalismos de vária ordem que deverão ser equacionados “caso a caso”.
- Reduzir o número de alunos/as por turma, pelo facto de na mesma estarem alunos/as com necessidades educativas especiais de carácter permanente, é justo, pedagógico e facilitador da inclusão e da aprendizagem para todos/as.
- No Plano Individual de Transição (PIT), no último ano da sua implementação deverá haver uma maior articulação/compromisso entre a escola, a família, os alunos/as, o Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, o IEFP, as instituições da sociedade civil e o tecido empresarial no sentido de dar continuidade a uma verdadeira inclusão destes alunos/as no mundo laboral, após o término da escolaridade obrigatória.
- Reforçar as instituições existentes, para responderem aos jovens que terminam a escolaridade obrigatória e cujo perfil de funcionalidade não lhes permitem a integração no mundo laboral.
- Definir um plano de reforço de incentivos para a empregabilidade de jovens portadores de deficiência.
- Criação efetiva, em todos os Agrupamentos e Escolas, do *Departamento de Educação Especial*, com representação legítima e obrigatória no Conselho Pedagógico.

Ou seja, que mudanças para uma escola e uma sociedade verdadeiramente inclusivas?

Uma escola só será verdadeiramente inclusiva quando na sua organização haja a capacidade de favorecer cada aluno/a, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Deve garantir a qualidade de ensino educacional respondendo a cada aluno/a de acordo com as suas características, potencialidades e necessidades.

ANP, Braga 05 de abril de 2017



Paula Figueiras Carqueja
(Presidente da ANP)

Anexo XXIX



Contributos para uma Política Educativa de Sucesso

Braga, 21 de março de 2017

Caracterização geral da ANP

Associação Nacional de Professores (ANP) é uma organização profissional, não sindical, de docentes de todos os níveis e graus de educação e ensino (educação pré-escolar, ensinos básico, secundário e superior), em exercício no sector público ou no sector privado.

Foi fundada em 21 de março de 1985 e Declarada de Utilidade Pública a partir de 1991 (D.R. nº 228, II Série, de 03/10/1991).

A Sede Nacional é em Braga e está inserida em todo o território nacional através de 11 secções regionais.

1. Missão da Associação Nacional de Professores

Objetivos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a formação, qualificação, valorização e desenvolvimento científico, pedagógico, didático, cultural, social e profissional dos educadores de infância e dos professores; 2. Lutar pela melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, e pela dignificação do professor e da carreira docente; 3. Pugnar pela autorregulação da profissão docente; 4. Apoiar e promover a realização de ações que contribuam para a dignificação da pessoa humana, objetivo essencial de todo o processo educativo; 5. Pugnar pelo efetivo exercício do direito dos portugueses à educação; 6. Empenhar-se na defesa e na aplicação do princípio da liberdade de ensinar e de aprender nos termos constitucionais; 7. Desenvolver ações de cariz social, cultural, lazer e humanitário atinentes a apoiar os docentes em geral e os seus sócios em particular.
Meios de Ação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação e dinamização de entidades, estruturas, equipamentos, organismos e outros meios especialmente vocacionados para a formação e investigação, no domínio da educação e do ensino, designadamente a fundação de instituições de ensino vocacionadas para a formação de professores, como Universidades e Institutos; 2. Organização e realização de ações de formação e de informação de iniciativa própria ou em colaboração com outras instituições e organismos nacionais e internacionais; 3. Colaboração com as instituições governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, que se ocupam com questões relacionadas com a educação, o ensino, a ciência, a investigação, a formação, a cultura e a juventude, e outras áreas conexas; 4. Celebração de convénios com outras organizações, organismos e instituições, nacionais e internacionais, tendo em vista a prossecução dos objetivos da associação; 5. Criação de projeto editorial próprio; 6. Criação de entidades, estruturas e equipamentos adequados à disponibilização de bens e serviços aos seus associados”.

Introdução

A Associação Nacional de Professores reconhece que os docentes são o garante da defesa dos valores culturais e fator relevante do desenvolvimento científico-cultural de um povo. Nesta perspetiva, a ANP tendo por base a situação realista do país e na dignificação do professor, da carreira, e da Escola, apresenta um conjunto de reflexões a Sua Excelência o Sr. Presidente da República com intuito de colaborar na promoção do sucesso educativo.

Quadro legislativo

- Estabilidade legislativa no que concerne às medidas recentemente implementadas;
- Um pacto educativo de 8 a 12 ano entre o governo eleito e os grupos com assento parlamentar;
- Desburocratização da atividade docente;

- Clarificação do ato educativo centrando a atividade docente no ensino e na aprendizagem em contexto de sala de aula;
- As alterações no domínio da educação a protagonizar sejam implementadas e antecedidas de uma avaliação prévia e consistente, discutidas com e pelos docentes, associações e sindicatos.
- Redução do número efetivo de alunos e alunas por turma em todos os níveis de ensino e educação pré-escolar:
 - **Educação Pré-escolar:**
 - a. As salas com crianças de 4-5 anos de idade – máximo de 20 crianças;
 - b. As salas com crianças de 3 anos de idade – 15 crianças;
 - c. Nas salas com integração de até duas crianças NEE – máximo de 14 crianças.
 - **Educação do 1º Ciclo do Ensino Básico:**
 - a. As turmas devem ter um número máximo de 20 alunos, alunas.
 - b. Nas turmas que integrem até dois alunos, alunas NEE – máximo de 16 alunos, alunas.
 - c. As turmas devem ser constituídas, sempre que possível, por um único ano de escolaridade, mas na impossibilidade e só neste caso, as turmas com dois anos de escolaridade devem ter no máximo de 16 alunos, alunas.
 - d. As 226 turmas mistas existentes atualmente, compostas com alunos nos quatro anos de escolaridade, na mesma sala e com o mesmo professor, deverão ser constituídas, por apenas dois anos de escolaridade.
 - **Educação do 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário:**
 - a. As turmas devem ter um número máximo de 22 alunos, alunas.
 - b. As turmas que integrem até dois alunos NEE – máximo de 18 alunos, alunas.
 - **Educação no Ensino Profissional:**
 - a. As turmas devem ter um número máximo de 18 alunos, alunas.
 - b. As turmas que integrem até dois alunos NEE – máximo de 15 alunos, alunas.

Horários e Calendários

A Carreira de Professor é considerada um corpo especial da Administração Pública dotado de uma carreira própria, específica e única. Nesta medida entende a ANP pugnar por um horário letivo igual para todos os docentes, independentemente do nível, ciclo de ensino, grupo de recrutamento ou área de formação:

- Que a noção de tempo letivo seja a mesma para todos os níveis de ensino; (educação Pré-escolar e 1.º Ciclo uma hora são 60 minutos, nos outros ciclos de ensino são 50 minutos);
- Inclusão dos intervalos como tempo letivo no 1º Ciclo;
- Que as deslocações entre escolas do agrupamento no qual os docentes estão colocados façam parte integrante da atividade dos referidos profissionais e nesse sentido, é nosso entendimento que este tempo deve ser contabilizado para efeitos de prestação de horário de trabalho, na componente não letiva de estabelecimento, e que, caso se verifique que esta não seja suficiente, esse tempo seja considerado e pago como trabalho suplementar;
- Um Calendário escolar, com os mesmos períodos de interrupção letiva. O mesmo calendário escolar para a Educação Pré-escolar, 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico.

Espaço Escolar e Agrupamentos

- Reorganização de mega agrupamentos, retomando uma política de proximidade e de verdadeira territorialização educativa;
- Que haja uma alteração ao modelo atual de gestão das escolas/agrupamentos. Uma gestão mais partilhada, valorizando todos os órgãos, com participação no processo eleitoral de todos os docentes, não docentes, representantes de alunos, de pais e da autarquia;
- Que todos os níveis de ensino tenham um elemento representativo na direção do agrupamento, educação pré-escolar e 1º ciclo e não a existência do “ou”;
- Conceder mais autonomia efetiva às escolas, a partir do conhecimento e do diagnóstico da realidade (ex. constituição de turmas a serem aprovadas na própria escola: Conselho pedagógico e Geral). Considerar a Educação como investimento e não como uma despesa;
- Que o processo de municipalização seja seriamente discutido e refletido, tendo por base uma avaliação rigorosa e externa das experiências já em desenvolvimento e da sua aplicabilidade na prática;
- A gestão do pessoal não docente que seja da responsabilidade das escolas a que pertencem, garantindo-lhes a preservação das funções que desempenham e seja evitada a possibilidade de conflitos, nomeadamente na sua articulação, em resultado das necessidades prementes das Escolas;
- Colocação de Psicólogos escolares por nível de educação e ensino, nomeadamente: 1 Psicólogo para a educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico; 1 Psicólogo para o 2º e 3º Ciclos; 1 Psicólogo para o Ensino Secundário;
- Colocação de assistentes operacionais nas escolas, em número adequado e com formação de acordo com a especificidade das suas funções na escola. O Ministério da Educação tem que se consciencializar da importância destes profissionais nas escolas, como primeiros supervisores e dissuasores de conflitos entre pares, sobretudo, após o aumento de alunos e alunas decorrente da reorganização da rede escolar e também o aumento de permanência destes na escola (escola a tempo inteiro);
- Que seja feito um levantamento exaustivo em todas as escolas e jardins-de-infância do número de assistentes operacionais existentes e com que critérios são colocados. Ver e atualizar o número de rácio, tendo em conta as características e as faixas etárias das crianças/alunos e alunas e sobretudo das exigências de uma sociedade em permanente mudança:
 - 1 Sala de jardim-de-infância – 1 Assistente Operacional;
 - 1º Ciclo - 2 salas de aula (independentemente do número de alunos e alunas) – 1 Assistente Operacional;
 - Nos restantes ciclos de ensino que seja respeitado o rácio/alunos, alunas (1000 alunos e alunas 24 Assistentes Operacionais);
- Que seja feito um levantamento exaustivo sobre os horários de abertura e encerramento dos jardins-de-infância e das escolas do 1º Ciclo e definir um número de horas para a permanência das crianças, alunos/alunas no espaço escolar (há crianças que entram às 7:30 da manhã e saem pelas 19:30/20 horas);
- Que todo o processo das atividades extracurriculares seja uniformizado em termos remuneratórios dos professores em exercício;

- A seleção das atividades a desenvolver nas escolas devem ser decididas pela direção dos respetivos agrupamentos após audição aos órgãos intermédios;
- Todas as AEC devem decorrer obrigatoriamente em horário pós curricular;
- Mudar a organização e gestão curricular (repensar a divisão entre tempo letivo e espaço de lazer e de atividades de enriquecimento curricular, reduzir a fragmentação e a compartimentação das áreas do saber, tendo em vista as necessidades e características das crianças do Séc. XXI, repensar as invariabilidades da “Classe Turma”, tais como o número de alunos, número de horas, matriz curricular, corpo docente).

Recrutamento de pessoal docente

Que o modelo de concursos e vinculação seja mais célere, permitindo a colocação dos docentes até à primeira semana de agosto, pois é a única profissão em que um significativo número de docentes entra em período de férias, sem rumo definido, situação geradora de instabilidade profissional e familiar permanentes:

- A ANP congratula-se pelo facto dos concursos de docentes se regerem única e exclusivamente por uma lista graduada (classificação profissional e tempo efetivo de serviço), a qual, deve ser respeitada em todas as fases/etapas de concurso; sendo este um modelo de equidade, transparência e de justiça entre todos os docentes.

O regime de seleção, recrutamento e mobilidade do pessoal docente para estabelecimentos de ensino público rege-se pelo Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho, agora revisto na sua redação vigente, estipula os seguintes concursos:

- Concurso Interno/ Externo, (de 4 em 4 anos). Este concurso deveriam ocorrer de 6 em 6 anos, desde que os quadros de agrupamento e de escola sejam redimensionados às suas reais e efetivas necessidades, promovendo assim, uma maior estabilidade do corpo docente e possibilitando uma maior aproximação à área de residência dos mesmos;
- Concurso Externo (anual). Deve manter-se o procedimento em vigência. O acesso à carreira, vinculação dos docentes contratados, tal como a ANP defendeu e agora vê plasmado na revisão ocorrida, acontece após estes profissionais completarem 4 anos sucessivos, em horário anual e completo. Lamentavelmente, não foi considerado a sugestão dos 4 anos sucessivos serem contabilizados independentemente do grupo onde tenham lecionado. Direito à vinculação de todos os docentes, após completarem o correspondente a 6 anos de serviço efetivo, ainda que em horário incompleto, independentemente do grupo de recrutamento onde tenham lecionado;
- Contratação Inicial. Deve manter-se no atual formato e durante todo ano letivo;
- Concurso de Mobilidade Interna. Neste concurso todos os docentes, QA e QZP deverão concorrer na mesma prioridade, ou seja, uma Prioridade Única para todos, exceto os docentes do QA sem componente letiva. A não inclusão no concurso de Mobilidade Interna na mesma prioridade, professores do Quadro de Agrupamento e professores do Quadro de Zona Pedagógica não permite uma equidade entre professores e, por outro lado, muitos professores do QA já há muito afastados da sua área de residência, dificilmente se aproximarão da mesma;

- A ANP vê como muito positiva o alargamento da possibilidade dos professores contratados colocados em contratação de escola que cessem o seu contrato temporário, regressarem à reserva de recrutamento;
- Tal como a ANP sempre defendeu, congratula-se agora, com a não obrigatoriedade da indicação de um número mínimo de códigos de agrupamento de escolas e escolas não agrupadas e concelhos na manifestação de preferências para efeitos de contratação;
- A ANP defendeu a possibilidade dos professores em concurso de Mobilidade Interna poderem continuar em concurso até à 2.ª Reserva de recrutamento, o que lhes possibilitaria aumentar as expectativas de aproximação à residência, infelizmente esta proposta não está contemplada na alteração ao Decreto-lei nº 132/2012, de 27 de junho;
- A contagem do tempo de serviço para efeitos de concurso das faltas por motivo de doença para além dos 30 dias é agora reconhecida, ilegalidade que a ANP sempre denunciou;
- A norma transitória em vigência sobre o concurso externo e de contratação permite a inclusão de docentes contratados afetos ao ME e docentes cuja entidade empregadora não é o ME, concorrendo ambos na mesma prioridade (2.ª prioridade), o que poderá, eventualmente, gerar desigualdades ao nível de acesso à carreira docente e no exercício de funções públicas;
- Mobilidade por Condições Específicas deve manter-se o modelo vigente;
- Melhoramento das condições para todos os docentes que estejam em situação de doença e a criação de legislação específica com o intuito de salvaguardar a dignidade de “professor doente”;
- Que seja criada uma Bolsa de Professores nos agrupamentos de escola, face a sua dimensão, com funções e competências definidas: substituição de docentes em ausências diárias e de curta duração, e no desenvolvimento de projetos.

Carreira Docente, Estatuto e Aposentação

Um maior investimento na valorização do professor e dignificação da profissão docente por parte do Ministério da Educação e de toda a comunidade educativa. Esta valorização pode evidenciar-se através da criação de condições para a formação contínua, da desburocratização da função docente, valorizando cada vez mais a prática letiva. Refere-se, ainda, uma avaliação de desempenho com um modelo de avaliação meritocrático, objetivo e transparente desburocratizado e composto por uma avaliação interna e externa, que sirva como reconhecimento da qualidade do trabalho dos professores, como meio de desenvolvimento pessoal e profissional e que conduza à progressão na carreira.

- Na formação inicial de professores deverá estar contemplada uma maior carga horária em contexto de sala de aula/prática pedagógica (estágios);
- Alteração das condições de acompanhamento dos professores que acolhem os estagiários;
- Aposta concertada na formação contínua de professores consubstanciada na auscultação das necessidades de atualização relativas às questões transversais (TIC, didáticas gerais, ética, deontologia, gestão da sala de aula, currículo, inovação, metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem) e específicas das diferentes áreas do saber;
- Reintroduzir a formação contínua em Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Descongelamento da progressão na Carreira Docente.

Que o Ministério da Educação seja sensível a uma situação que consideramos ser uma preocupação crescente no sistema educativo e na sociedade portuguesa, a idade dos docentes. De acordo com

notícias publicadas, num universo de 130 mil professores, apenas 500 têm menos de 30 anos. A classe está envelhecida e progressivamente a envelhecer, consequentemente mais cansada para exercer as suas funções, em dar resposta aos alunos “digitais”, a alunos com comportamentos irreverentes e indisciplinados. Existe um enorme fosso geracional, por isso, será de todo premente a aprovação de um regime especial de aposentação para os docentes.

Assim, a aposentação ordinária dos docentes possa ocorrer aos 36 anos de serviço efetivo ou 60 de idade, salvaguardando um regime de exceção para os grupos de docência 100 e 110, que seria de 58 anos de idade, face à desigualdade existente na carga letiva e correspondentes reduções ao longo da carreira docente.

- Criação de incentivos para a fixação de docentes colocados em zonas geograficamente distantes da sua área de residência. A ANP manifesta o seu descontentamento em relação a esta medida considerada por todos mais que justa e necessária, mas que infelizmente não há “coragem” política para a regulamentar e a colocar em prática;
- Valorizar o papel dos docentes, no sentido de criar condições para um desempenho de excelência e de se dar tempo para a reflexão na ação.

(In)Sucesso escolar

O governo aprovou recentemente a criação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril). Os fundamentos e princípios que lhe estão subjacentes apontam, designadamente, para o *envolvimento de todos os atores sociais, a criação de dinâmicas locais de diagnóstico e intervenção, a promoção de práticas que permitam antecipar e prevenir o insucesso e a produção de conhecimento científico sobre o sucesso escolar*.

Todavia, não obstante as estratégias e as iniciativas que têm vindo a ser adotadas, o insucesso escolar é um fenómeno que vem afetando de forma marcante e persistente um elevado número de crianças. Impõe-se, por isso, que todos os atores sociais, em especial os agentes educativos, se envolvam na procura e desenvolvimento de respostas que permitam contrariar esta realidade, afetando recursos humanos e pedagógicos para de facto dar resposta a esta problemática:

- Maior celeridade nas colocações dos professores;
- Mais recursos humanos: professores, psicólogos escolares e outros técnicos;
- Mais materiais/equipamentos pedagógicos;
- Uniformização da educação pré-escolar com o alargamento efetivo para os três anos de idade;
- Maior e mais acompanhamento pedagógico, didático e financeiro às crianças com necessidades educativas especiais para apoio nas terapias;
- Um programa eficaz de educação de adultos. Abrir novamente a escola à alfabetização/formação de adultos. Uma aprendizagem ao longo da vida, a pensar na qualificação e requalificação da população adulta. A ANP espera que o novo programa de formação Qualifica seja efetivamente posto em prática permitindo que cerca de 400 mil adultos, objetivo do governo, consigam obter a certificação a nível de ensino básico ou secundário.

Continuar na defesa de uma escola pública de qualidade para todos.



Anexo XXX



Associação Nacional de Professores



IX Encontro Luso-Espanhol

“A Educação que Vem – Do Presente para o Futuro”

Somos Professores. Valorizamos a Educação



FÁBRICA SANTO THYRSO
INCUBADORA DE MODA E DESIGN
10 e 11 de março de 2017



Anexo XXXI



Associação Nacional de Professores

Encontros/Debate



A Associação Nacional de Professores (ANP), tem a honra de convidar para um Encontro/Debate*, sobre o tema **"Código Ético e Deontológico da Profissão Docente"**, abordagens e contributos, a realizar no teu Agrupamento de Escolas, em data a considerar.

No Encontro será apresentado a estrutura base do documento "Código Ético e Deontológico" elaborado pela ANP em parceria com outras Entidades.

Contamos contigo!

Inscreve-te em geral@anprofessores.pt

*(Formação validada de Curta Duração)

Anexo XXXII

TEXTO BASE PARA UMA ESTRUTURA DE UM CÓDIGO ÉTICO E DEONTOLÓGICO

Educação e Deontologia

A adoção e supervisão do respeito de uma Deontologia requerem um organismo profissional apropriado. Um sindicato ou outra associação profissional pode adotar uma Deontologia para os seus associados, mas não torná-la obrigatória. Um Governo pode impor uma Deontologia a uma profissão, mas não tem legitimidade para isso, porque a normatividade deontológica deve emanar da consciência e autonomia profissionais. A alternativa é um organismo de autorregulação em que se conjugam a legitimidade profissional e a legitimidade pública. Como se lê num Manual de boas práticas de recursos humanos na profissão docente (Handbook of good human resource practices in the teaching profession)⁶ publicado pela OIT em 2012:

A autoridade instituída para promover e aplicar códigos de conduta e os procedimentos disciplinares associados varia de país para país, podendo ser uma autoridade administrativa ou um organismo profissional de base voluntária ou imposto, mas o conceito de *teaching council* [organismo de auto-regulação da profissão docente] ou equivalente tem uma adesão crescente em muitos países.

As profissões da educação podem ser consideradas como as mais éticas, sobretudo quando os seus destinatários são crianças e adolescentes, seres humanos mais vulneráveis e sujeitos à obrigação escolar. Nesta perspetiva a docência deve ser considerada como a mais ética das profissões na medida em que a educação pode ser considerada como o mais ético dos campos profissionais, pelas razões seguintes:

- *O ser humano é essencialmente educável e moral*
- *A educação pode ser considerada como o maior e a maior responsabilidade do mundo. A relação educacional é, talvez, a mais assimétrica das relações profissionais, sobretudo quando se trata de crianças*
- *Os profissionais da educação são, depois das mães e pais, as referências humanas mais influentes na formação das novas gerações*

Profissões da educação são aquelas cujos profissionais possuem uma formação de base em educação, como campo principal e permanente sobretudo em instituições de educação. A principal é a função docente, educadores e educadoras de infância, professoras e professores do ensino básico e secundário, sobre a qual versa o presente código ético e deontológico.

1. Fontes normativas

Principais instrumentos jurídicos internacionais sobre o direito à educação e a profissão docente
Carta Internacional dos Direitos Humanos, formada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos

Textos deontológicos internacionais sobre as profissões do campo da educação

- O principal texto deontológico internacional no campo da educação é a mencionada Declaração sobre Deontologia da Internacional da Educação.

Deontologia Comparada

A Deontologia Comparada compara textos deontológicos da mesma ou de diferentes profissões, no plano nacional e internacional.

Legislação nacional pertinente e conforme às obrigações jurídicas internacionais dos Estados

A legislação nacional pertinente e conforme às obrigações jurídicas internacionais dos Estados inclui, nomeadamente, as normas constitucionais, as leis gerais da educação e os textos deontológicos da função pública.

A profissão docente – como carreira especial da função pública – tem os seus Estatutos, que enunciam os respetivos conteúdos e deveres funcionais, mas não tem código deontológico.

- O Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, na sua versão alterada pelo Decreto-Lei 41/2012, de 21 de Fevereiro, faz referência, no seu Preâmbulo, aos «pressupostos deontológicos que enquadram a vertente profissional, social e ética do trabalho docente». Essa vertente é mencionada no ponto 2, alínea a), artigo 13º. sobre “Formação inicial”, mas não há nenhuma explicitação dos “pressupostos deontológicos”. O Capítulo II é dedicado aos “Direitos e deveres”, mas trata-se de direitos e deveres funcionais, embora alguns deles tenham também uma dimensão deontológica.

- O “Regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário” (Decreto-Lei 79/2014, de 14 de Maio) inclui nas suas componentes de formação uma «Área cultural, social e ética» ponto 1, alínea d), artigo 7º. mas para ser «assegurada no âmbito das restantes componentes de formação» ponto 2 do artigo 7º.

- O Estatuto da Carreira Docente Universitária dedica três Artigos aos “Deveres e direitos do pessoal docente” (Capítulo V, Artigos 63º, 63º-A e 64º), mas sem qualquer referência a ‘ética’ ou ‘deontologia’.

Jurisprudência internacional e nacional sobre a matéria

Há jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e do Supremo Tribunal do Canadá, nomeadamente.

Doutrina jurídica e pedagógica relevante

A doutrina jurídica e pedagógica compreende os escritos sobre os aspetos jurídicos e pedagógicos da questão deontológica no campo da educação.

2. Valores fundamentais

Uma Deontologia reflete valores comuns a toda a sociedade, inspira-se em valores compartilhados pela generalidade das profissões e realça os valores próprios de um campo profissional. Estes últimos, em particular, são os valores fundamentais da profissão.

Valores gerais comuns às principais profissões são os seguintes, nomeadamente:

- *Respeito* (pelos destinatários diretos dos seus serviços)
- *Integridade* (na sua prestação)
- *Responsabilidade* (pela sua qualidade)
- *Autonomia* (no exercício da profissão)

Os valores fundamentais das profissões da educação devem ser principalmente os seguintes princípios da Ética do Direito à Educação:

- *Primado do interesse superior do sujeito do direito à educação*
- *Livre, pleno e harmonioso desenvolvimento da personalidade humana*
- *Respeito da dignidade e direitos da criança*

Valores muito próprios das profissões da educação são também os seguintes:

- *Exemplo*
- *Cuidado*

3. Responsabilidades profissionais

- *Responsabilidade de cuidado*
- *Responsabilidade afetiva*
- *Responsabilidade pedagógica*
- *Responsabilidade interpessoal*
- *Responsabilidade institucional*
- *Responsabilidade cívica*
- *Responsabilidade contratual*
- *Responsabilidade colegial*

4. Princípios deontológicos

4.1 Quem entra numa profissão aceita exercê-la de acordo com os seus valores fundamentais.

4.2 A educação é um direito com uma significação ética inscrita na Ética dos Direitos Humanos e na Ética dos Direitos da Criança.

4.3 O primado do interesse superior do sujeito do direito à educação deve ser o princípio da responsabilidade de todos os profissionais da educação.

4.4 As professoras e professores têm um dever geral de elevada competência e um particular dever de exemplaridade, pelo seu poder de influência sobre as crianças, adolescentes e jovens.

5. Responsabilidades profissionais

A. Na relação com alunos(as)

5.1 *Respeitar e promover o respeito da Ética dos Direitos Humanos, designadamente através do respeito da dignidade e direitos de cada aluno(a), do estímulo do seu exercício, assim como de métodos que promovam a cooperação e a camaradagem.*

5.2 *Respeitar o direito de cada aluno(a) às suas reais e legítimas diferenças pessoais, sociais e culturais, sem discriminação, como elementos da sua identidade e expressão da criatividade da liberdade.*

5.3 *Procurar conhecer cada aluno(a), para tratar cada um(a) de acordo com as suas necessidades, com legítima diferenciação, respeitando a sua intimidade e privacidade.*

5.4 *Guardar sigilo sobre informações obtidas na relação com os alunos(as), numa base de confiança, com as exceções justificadas pelo seu interesse, pela defesa da dignidade e honra do professor ou professora, por interesses legítimos de terceiros ou outras previstas na lei.*

5.5 *Exercer a autoridade inerente à legitimidade da relação pedagógica, sem prepotência, agindo e reagindo com serenidade e compreensão no juízo e sanção dos comportamentos inaceitáveis.*

5.6 *Nunca recorrer a atos violadores da integridade física e moral dos alunos(as).*

5.7 *Cuidar da segurança e bem-estar dos alunos(as) promovendo a aprendizagens efetivas e significativas contextualizadas.*

5.8 *Valorizar as potencialidades de cada aluno(a), o seu desejo de saber e de continuar a aprender, e o pensamento crítico e criador.*

5.9 *Utilizar uma linguagem profissionalmente cuidada, sóbria, não agressiva, respeitando sempre as interrogações e os erros próprios de quem está a aprender.*

5.10 *Evitar uma familiaridade deslocada e inconveniente com os alunos(as), nas aulas e fora delas, designadamente a exposição da vida privada.*

5.11 *Reservar as opiniões mais pessoais e não ostentar signos de qualquer filiação ideológica ou crença, nomeadamente perante os alunos(as) mais jovens, exceto quando tal for público ou notório.*

5.12 *Não evitar a abordagem de temas mais sensíveis, mas tratá-los com objetividade e abertura a todas as opiniões, tendo como única preocupação contribuir para que os alunos(as) desenvolvam a sua capacidade de juízo nos vários planos do agir humano.*

5.13 *Ter disponibilidade para ouvir e ajudar os alunos(as) fora do horário das aulas, assim como para eventualmente participar nas suas atividades, se para tal for solicitado(a) e se enquadrar no horário semanal do professor(a).*

5.14 *Utilizar instrumentos de avaliação válidos e fiáveis; informar os alunos(as) dos critérios de avaliação dos seus trabalhos; prever a possibilidade de melhorar os seus resultados; ser imparcial e equitativo no exercício do poder de avaliar; justificar as avaliações e não obstante ter consciência da inerente subjetividade, precariedade e ressonância humana dos juízos de avaliação.*

5.15 *Não aceitar presentes individuais ou coletivos que possam criar expectativas ou suspeitas de favorecimento.*

5.16 *Reconhecer, valorizar e não se apropriar do trabalho feito pelos alunos(as).*

5.17 *Não abusar da posição profissional para fins lesivos da integridade da profissão, designadamente assédio e abuso sexuais, e evitar situações de conflito de interesses.*

5.18 *No âmbito do exercício da profissão, não consumir nem fornecer aos alunos(as) droga ou substâncias prejudiciais para a saúde, designadamente aquelas que estão proibidas.*

5.19 *Valorizar a escola como instituição necessária à satisfação do direito à educação, mas respeitar a liberdade de escolha das diferentes opções da educação*

B. Na relação com colegas

5.20 *Respeitar a dignidade, a personalidade, as competências, as opiniões e o trabalho de colegas.*

5.21 *Nas reuniões institucionais, exprimir as opiniões pessoais com objetividade e moderação, e as divergências sem animosidade.*

5.22 *Manter relações de lealdade, solidariedade, cooperação e respeito pela diferença, sem prejuízo do dever de comunicar aos órgãos competentes atos ou situações deontologicamente inaceitáveis de que tenha conhecimento.*

5.23 *Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura profissional, aberta, reflexiva e colaborativa.*

5.24 *Não utilizar meios ilegítimos na legítima concorrência profissional e procura de reconhecimento.*



5.25 *No exercício de um cargo ou função institucionais, designadamente a função de avaliar colegas, agir com desinteresse, imparcialidade, equidade e abertura.*

5.26 *Guardar sigilo e não utilizar abusivamente informações relativas à vida profissional ou privada de colegas, obtidas no exercício de qualquer cargo ou função.*

5.26 *Não emitir opiniões depreciativas de colegas perante a comunidade escolar.*

C. Na relação com outros profissionais e trabalhadores(as)

5.27 *Respeitar cada funcionária e funcionário da instituição e suas competências próprias, e nada solicitar-lhes que possa colocá-los em situação de infração dos seus deveres.*

5.28 *Colaborar com outros profissionais intervenientes no seu campo de ação, no interesse superior dos alunos(as)*

D. Na relação com famílias e comunidade

5.29 *Na relação com a família ou outros responsáveis pelo aluno(a):*

a) Respeitar a identidade e diferenças culturais, sociais e outras, assim como as situações familiares.

b) Guardar sigilo sobre informações obtidas numa base de confiança, exceto nos casos em que a lei ou o interesse superior do aluno(a) obriguem a comunicá-las a uma autoridade.

c) Informar regularmente mães, pais ou outros representantes legais sobre a vida escolar do aluno(a), solicitar e respeitar a sua maneira de ver, manter uma relação de confiança, cortesia, diálogo e cooperação.

d) Ajudá-los a compreender o interesse superior do aluno(a) mas, em caso de inultrapassável divergência ou conflito, não permitir intrusões no seu foro de competência e responsabilidade profissionais.

5.30 *Respeitar, valorizar e aproveitar as características da comunidade servida pela instituição escolar.*

5.31 *Corresponder às solicitações e tomar iniciativas que vão ao encontro das necessidades e interesses da comunidade e da sociedade.*

E. Na relação com a instituição

5.32 *Respeitar a legítima autoridade institucional, sem prejuízo do direito e dever de opinião crítica, de crítica e de recurso.*

5.33 *Cumprir as obrigações contratuais com a assiduidade, a pontualidade e a responsabilidade indispensáveis à eficiência da sua função.*

5.34 *Participar nas reuniões e atividades institucionais em que a sua presença for requerida ou nas quais a sua contribuição possa ser útil, e desempenhar os cargos a que se candidatar, ou para que for solicitado(a), com sentido de missão institucional e de solidariedade profissional.*

5.35 *Não utilizar para fins privados, indevidamente, recursos da sua instituição ou outros sob a sua gestão, nem utilizar de um modo abusivo o nome da instituição a que pertence.*

F. Para com a profissão

5.36 *Cultivar um elevado ideal profissional e exercer a profissão de um modo que a dignifique e prestigie*

5.37 *Cuidar da dignidade e honorabilidade da profissão mesmo fora do seu exercício, sem prejuízo do direito à vida privada.*

5.38 *Não exercer atividades que possam prejudicar o exercício da profissão ou afetar a sua imagem e dignidade.*

5.39 *Não sacrificar valores fundamentais da profissão a interesses de lucro ou outros incompatíveis com a profissão.*

5.40 *Colaborar com as organizações da profissão, com sentido de solidariedade profissional.*

6. Direitos profissionais

6.1 Direito a uma formação inicial e contínua à altura das exigências, responsabilidades e ideal da profissão, incluindo a sua dimensão deontológica.

As professoras e professores têm direito à formação necessária para o exercício da profissão com o profissionalismo a que os estudantes têm direito. Uma formação com horizontes muito para além da preparação científico-didática. A atualização profissional é um dever que requer tempo, acesso a fontes de informação e de estudo, aquisição de materiais e equipamento, deslocações, etc. São meios indispensáveis também à produção e publicação de trabalhos de investigação, de que depende a progressão na carreira académica, designadamente.

6.2 Direito a um estatuto profissional e social e a condições de trabalho favoráveis ao exercício da profissão com dignidade, dedicação, segurança e realização profissional.

As profissões da educação, em geral, ainda não estão à altura da importância que se lhes reconhece, por razões tanto internas como externas, do foro tanto político como profissional.



6.3 Direito à mais ampla autonomia de juízo e decisão.

As professoras e professores desempenham a sua função com uma relativa independência. É maior a nível superior, sendo uma pedra de toque da sua missão. O nível de profissionalidade da profissão docente deveria ser tal que permitisse a todos os seus profissionais exercer a sua função com maior autonomia e responsabilidade.

6.4 Direito de não aceitar tarefas ou funções estranhas ao seu estatuto profissional ou para as quais não tenha preparação.

Embora as suas obrigações sejam amplas, um profissional da educação não pode ser obrigado a desempenhar tarefas alheias à sua função, nem a exercer funções para as quais não tem a qualificação exigível. Poderá livremente aceitá-las, se estiver disponível para o esforço suplementar de garanti-las com profissionalismo.

6.5 Direito de participar nos órgãos de gestão da instituição e na definição da política da educação, bem como de crítica compatível com o estatuto profissional.

A responsabilidade pelos valores fundamentais da profissão confere aos profissionais da educação o direito e o dever de pronunciar-se sobre todas as questões relacionadas com o seu campo profissional, bem como o direito de intervir nos processos de decisão, designadamente através do exercício de cargos institucionais e das suas organizações profissionais.

6.6 Direito a uma avaliação imparcial e equitativa do seu trabalho.

A profissão docente deve ser objeto de uma avaliação que cumpra, simultaneamente, dois requisitos fundamentais: por um lado, a garantia de imparcialidade no processo de avaliação no pressuposto de que todos os docentes serão avaliados de acordo com os mesmos critérios, procedimentos e condições; por outro lado, a garantia de equidade, no âmbito da qual devem ser salvaguardadas as condições específicas nas quais cada docente desenvolve o seu trabalho.

6.7 Direito de recurso das decisões da avaliação referida no número anterior.

Aos educadores e professores é reconhecido o direito de recurso das decisões da avaliação como forma de garantia de promoção de equidade, transparência e justiça.

6.8 Direito de ser ouvido(a) em eventuais procedimentos disciplinares e de recorrer contra decisões que considere injustas.

É um princípio geral do direito à justiça de todo o ser humano, cidadão/cidadã e trabalhador/trabalhadora

6.9 Direito a uma remuneração condigna e a uma progressão regular e estabilidade na carreira docente, condizentes com a prestação de serviço educativo de qualidade.

Os educadores, professores têm direito a retribuição e carreira compatíveis com as suas habilitações e responsabilidades profissionais, sociais e culturais. A progressão na carreira deve estar ligada à avaliação de toda a atividade desenvolvida, individualmente ou em grupo, na instituição educativa, no plano da educação e do ensino e da prestação de outros serviços na comunidade, bem como às qualificações profissionais, pedagógicas e científicas.

6.10 Direito a férias faltas e licenças nos termos da Lei negociada

Aos educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito a férias faltas e licenças nos termos da Lei vigente

6.11 Direito de exercer todos os seus direitos, designadamente o direito de intervir publicamente sobre tudo quanto diga respeito às condições da dignidade e sucesso da profissão.

Os profissionais da educação têm o direito de exercer todos os seus direitos humanos e cívicos, com as reservas que sejam legítimas, e devem dar também esse exemplo.

A Deontologia exprime essência de uma cultura profissional. Um elevado perfil deontológico afirma a identidade e cultiva a dignidade, honra e prestígio de uma profissão.

A validade, credibilidade e efetividade de uma Deontologia dependem de três condições principais:

- que seja uma emanção da consciência coletiva da profissão, não decidida por uma autoridade exterior, para ser reconhecida, respeitada e cultivada pelos profissionais;
- que o seu estudo seja uma componente relevante da formação dos futuros profissionais, para que aprendam a refletir, decidir, agir e reagir profissionalmente, quer dizer, responsavelmente, à luz dos valores fundamentais da profissão;

- que tenha força jurídica e haja um mecanismo apropriado, conhecido, acessível, célere, justo e eficaz, para apresentação e investigação de queixas, com aplicação de sanções, se for caso disso. Quem melhor do que os profissionais da educação deve saber e mais interesse deve ter em cuidar do Valor e dos Valores da sua profissão, se forem selecionados e formados com a exigência que a sua responsabilidade requer?

Hoje, uma nova questão emerge: Que educação e que profissionais da educação são necessários para um mundo cada vez mais globalizado, revolucionado e ameaçado pelos poderes científico-tecnológicos?

Eis uma visão da quinta-essência e futuro das profissões da educação: As educadoras e educadores serão *profissionais do exemplo*. A sua lição principal será a exemplaridade profissional compreendida como uma excecional encarnação de qualidades, valores e saberes. Em mais nenhuma profissão o exemplo é tão inerentemente profissional, essencial e central. É o coração do profissionalismo em educação.

Se uma profissão proclama publicamente a sua Deontologia e o público sabe que pode reclamar de profissionais que não respeitem os seus deveres deontológicos, isso aumenta a confiança social na profissão, que é o seu maior bem.

Fontes bibliográficas

- Monteiro, A. R. (2015). *The Teaching Profession – Present and Future* Springer International Publishing
- Monteiro, A. R. (2014). *Ethics of Human Rights* Springer International Publishing
- Monteiro, A. R. (2013). *Deontologia na Educação* eBook, Leya/Esclaryos
- Monteiro, A. R. (2010). *Auto-regulação da Profissão Docente: Para cuidar do seu Valor e dos seus Valores* Braga: Associação Nacional de Professores
- Monteiro, A. R. (2010). *Direitos da Criança: Era uma vez...* Coimbra: Edições Almedina
- Monteiro, A. R. (2008). *La Revolución de los Derechos del Niño* Madrid: Editorial Popular
- Monteiro, A. R. (2008). *Qualidade, Profissionalidade e Deontologia na Educação* Porto: Porto Editora
- Monteiro, A. R. (2006). *História da Educação – uma Perspectiva* Porto: Porto Editora Edição Brasileira: *História da Educação – do “direito de educação” ao “direito à educação”* São Paulo: Cortez Editora
- Monteiro, A. R. (2005). *Deontologia das Profissões da Educação* Coimbra: Edições Almedina
- Monteiro, A. R. (2004). *Educação e Deontologia* Lisboa: Escolar Editora
- Monteiro, A. R. (2004). *Los educadores y los derechos del niño* Santiago do Chile: Ediciones Jurídicas Olejnik

Este documento está a ser trabalhado por uma equipa composta com seguintes elementos:

Armindo Gomes Cancelinha – Vice-presidente da ANP e Coordenador do grupo de trabalho

Paula Figueiras Carqueja – Presidente da ANP; Olga Pendão – Direção Nacional; Manuel Gonçalves

Oliveira – Vice-presidente da ANP; Eusébio André Machado – Presidente do Conselho Científico e

Pedagógico da ANP; Alzira Mota – Conselheira Nacional da ANP



Anexo XXXIII

O Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, Deputado Alexandre Quintanilha, tem o prazer de convidar V. Exa. para a Conferência **EDUCAÇÃO DE ADULTOS E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: MELHORES OPORTUNIDADES, MELHOR ECONOMIA**, a realizar no dia 21 de junho de 2017, às 9h30, no Auditório Antônio de Almeida Santos (Novo Edifício), na Assembleia da República.

Agradece-se a divulgação desta Conferência.



Comissão de Educação e Ciência

Inscrições e remessa de contributos até 19 de junho, em:
<http://app.parlamento.pt/s?i=edadultos>



CONFERÊNCIA

Anexo XXXIV

XX edição
2017

convite

A Direção tem o prazer de convidar V/ Ex.ª para assistir à cerimónia pública de entrega dos Galdardões "A Nossa Terra", a decorrer no dia **6 de junho** de 2017, terça-feira, no **Theatro Circo de Braga**.

20h30 - Receção de convidados
- Doces e Champanh

21h00 - Início da Gala
- Sarau Artístico-Cultural
- Entrega de Galdardões

***Participantes do Sarau Artístico-Cultural:**

- Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga
- Ensino Articulado - Orquestra de Cordas
- Rusga de S. Vicente de Braga
- G.E.B.M. - Trechos da Religiosidade Popular Tradicional Bracarense
- Backstage
- Escola de Dança e Artes Performativas - Dança Jazz
- Grupo de Poesia da U.M.
- Poesia Musicada
- Apolo Braga
- AR Latino - Danças Latino-americanas
- Juliana Duarte
- Fado
- Nova Comédia Bracarense
- Momentos de Humor

Certos da V/ atenção pelo assunto, aguardamos com grande expectativa a V/ presença.
Convite extensivo a acompanhante

Contate a organização pelos telefones 253 213 201/253 216 923 a fim de aceder ao seu bilhete

galardões

"A NOSSA TERRA"

reconhecimento público ao mérito de cidadãos e entidades

Galdardões "A Nossa Terra"
22 (individuais e coletivos)

Atribuídos por votação (em 3 fases) de um júri composto por centenas de personalidades e instituições.

Comissão de Honra

Presidência da República - Marcelo Rebelo de Sousa
Ministério da Cultura - Luís Castro Mendes
Câmara Municipal de Braga - Ricardo Rio
Arquidiocese de Braga - Jorge Ortiga
Turismo do Porto e Norte de Portugal - Melchior Moreira
Universidade do Minho - António Cunha
Universidade Católica Portuguesa - João Manuel Duque
Associação Comercial de Braga - Domingos Macedo Barbosa
AlMinho - Associação Empresarial - António Marques
Sporting Clube de Braga - António Salvador
ABC de Braga - João Nogueira
Hóquei Clube de Braga - Luís Botelho
Fundação INATEL - Francisco Caneira Madelino
Instituto Português do Desporto e Juventude - Vítor Baltazar Dias
Regimento da Cavalaria de Braga - António Varregos
Bombeiros Voluntários de Braga - António Miguel Ferreira
Hospital de Braga - João Ferreira
Cruz Vermelha Portuguesa - Armando Osório
Santa Casa da Misericórdia de Braga - Bernardo Reis
Corpo Nacional de Escutas - Alexandra Gonçalves
Orfeão de Braga - Margarida Oliveira
Fundação Bracara Augusta - Sameiro Araújo
ASPA - Associação de Defesa do Património - Armando Malheiro da Silva
Sociedade Portuguesa de Autores - Fernando Jorge Lima



Apoios à divulgação



Parcerias



Organização



Anexo XXXV

www.edulog.pt

EDULOG INTERNATIONAL CONFERENCE 2017

REGIONAL DEVELOPMENT IN SOUTHERN EUROPE: POLICIES AND HIGHER EDUCATION DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO NAS REGIÕES DO SUL DA EUROPA: POLÍTICAS E ENSINO SUPERIOR

program programa

DAY I: 25TH MAY - DIA I: 25 DE MAIO

09h00 Check-in - Receção aos participantes

09h30 Opening - Abertura

Alberto Amaral, EDULOG Advisory Council (Conselho Consultivo do EDULOG)

Maria João Ramos, University of Porto (Universidade do Porto)

Fernando Freire de Sousa, Norte Portugal Regional Coordination and Development Commission (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte)

10h00 Regional Disparities in Southern Europe: Prospective Scenarios (Disparidades Regionais no Sul da Europa: Cenários Prospetivos)

Madalena Fonseca: Faculty of Arts and Humanities of the University of Porto (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

10h45 Coffee break - Intervalo

11h15 Economic Issues of Southern European Regions (Questões Económicas das Regiões do Sul da Europa)

Ugo Fratresi: Polytechnic of Milan (Politécnico de Milão)

12h00 Examining the Impact of Cohesion Expenditure in European Regions (Análise do Impacto da Política de Coesão nas Regiões Europeias)

André Rodriguez-Pose: London School of Economics

12h45 Lunch - Almoço

14h15 Regional Productivity Catching Up and Tradable Sectors in Southern Europe (Convergência da Produtividade Regional e Sectores Transacionáveis no Sul da Europa)

Joaquim Oliveira Martins: OECD Policy and Regional Development Division (Divisão de Política e Desenvolvimento Regional da OCDE)

15h00 Parallel Session I: European Policies on Southern Europe. (Sessão Paralela I: Políticas Europeias no Sul da Europa)

Parallel Session II: University – Industry. (Sessão Paralela II: Universidade-Indústria)

16h30 Coffee break - Intervalo

17h00 Parallel Session III: Positive and Negative Effects of Growth Policies in Southern Europe (Sessão Paralela III: Efeitos Positivos e Negativos das Políticas de Crescimento Económico no Sul da Europa)

Parallel Session IV: R&D and Innovation Policies (Sessão Paralela IV: Políticas de I&D e Inovação)

DAY II – 26TH MAY - DIA II: 26 DE MAIO

09h00 Parallel Session V: Large Projects and Strategies for Educational Policies in Southern Europe (Sessão Paralela V: Grandes Projetos e Estratégias para Políticas Educativas no Sul da Europa)

10h30 Trends of Higher Education and Research in Southern European Countries (Tendências no Ensino Superior e Investigação nos Países do Sul da Europa)

Alberto Amaral: EDULOG Advisory Council and Portuguese Agency for Evaluation and Accreditation of Higher Education (Conselho Consultivo do EDULOG e Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior - A3ES)

11h00 Coffee break - Intervalo

11h30 The Role of Higher Education in Smart Specialization (O Papel do Ensino Superior na Especialização Inteligente)

John Edwards: Joint Research Centre - The Institute for Prospective Technological Studies (JRC – IPTS)

12h15 The Effect of Manager Education on Firm Growth (O Efeito da Educação dos Gestores no Crescimento das Empresas)

Francisco Queiró, Nova School of Business and Economics

13h00 Lunch - Almoço

14h30 A National Debate (Um Debate Nacional)

A Closer Look at the Portuguese Socioeconomic Context, Prospective Scenarios and the Role of Human Capital and Education (Análise Aprofundada do Contexto Socioeconómico Português, Cenários Prospetivos e o Papel do Capital Humano e da Educação)

Moderator (moderador): Pedro Teixeira University of Porto (Universidade do Porto)

Elisa Ferreira – Bank of Portugal (Banco de Portugal)

Daniel Bessa – Economist (Economista)

José Varejão – University of Porto (Universidade do Porto)

Ester Silva – Norte Portugal Regional Coordination and Development Commission (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte)



Anexo XXXVI

O Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Deputado Alexandre Quintanilha, e a Coordenadora do Grupo de Trabalho da Educação Especial, Deputada Manuela Tender, têm o prazer de convidar V. Exa. para a **Conferência Parlamentar INTERVENÇÃO PRECOCE E INCLUSÃO**, que terá lugar no dia 17 de maio, das 9h30 às 13h00, na Sala do Senado da Assembleia da República.

Agradece-se a divulgação da Conferência.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência
Grupo de Trabalho da Educação Especial

Inscrições até 15 de maio em:
<http://app.parlamento.pt/s?i=cinc>

CONFERÊNCIA

Anexo XXXVII

DIA DE
AULAS AO
AR LIVRE

CONVITE



Caro/a Colega

A Associação Nacional de Professores, tem o prazer de o/a convidar a participar no **Movimento do Dia de Aulas ao Ar Livre no dia 18 de maio.**

Inscreva a sua escola e participe num movimento que sensibiliza para a necessidade das crianças desfrutarem todos os dias de tempo ao ar livre.

Faça a diferença. Saiba mais no site www.diadeaulasaoarlivre.pt

Paula Figueiras Carqueja
Presidente da Associação Nacional de Professores

(Em outubro participaram 550 escolas, 46680 alunos. Em maio vamos ser mais... participe.)




Associação Nacional de Professores

Com o apoio de:


é bom sujar-se



Anexo XXXVIII



COM O ALTO PATROCÍNIO
DE SUA EXCELÊNCIA



Exmo. Senhor
Dr. Manuel Oliveira Gonçalves
Presidente
Associação Nacional de Professores
Secção do Minho
Rua de S. Vicente, 37
4710-312 Braga

Ref.: 53/CA/2017

Lisboa, 17 de Março de 2017

Assunto: *Jornadas Árabes: “Memórias Árabe-Islâmicas, Diálogo entre Civilizações” (Maio 2017)*

Exmo. Senhor Dr. Manuel Oliveira Gonçalves,

A Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa (CCIAP) apresenta os melhores cumprimentos e tem a honra de informar que irá organizar a Terceira Edição das Jornadas Árabes intitulada: **“Memórias Árabe-Islâmicas, Diálogo entre Civilizações”**, nos próximos dias **17 e 18 de Maio 2017, Sob O Alto Patrocínio e Presença de Sua Excelência O Presidente da República Portuguesa, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa**, em estreita colaboração com a **União das Câmaras Árabes**, a **Liga dos Estados Árabes** e as **Embaixadas Árabes acreditadas em Portugal**.

Considerando o espírito de incremento e consolidação das relações de cooperação e de amizade entre Portugal e os 22 Países da Liga dos Estados Árabes, que pauta a actividade da CCIAP, esta importante iniciativa tem como principal objectivo dar a conhecer melhor, as realidades culturais e sociais Árabe-Islâmicas, as suas influências na cultura Ibérica, ressaltando a convivência multise secular entre Portugueses e Árabes e o legado resultante desse contacto, cujos vestígios se reflectem em áreas tão distintas como a língua, literatura, música, arquitectura, gastronomia, costumes e contributos técnico-científicos.

Perante o grande relevo de que se distingue este acontecimento, esta acção reforçará, naturalmente, a dinâmica das relações e a imagem de Portugal, bem como a sua Projecção, no Mundo Árabe. À semelhança das Jornadas organizadas em 1997 e em 2002, pretende-se dar continuidade e ênfase à Herança Árabe-Islâmica na Península Ibérica, fomentando um ainda maior intercâmbio entre as Civilizações.

O primeiro dia destas Jornadas, 17 de Maio, será reservado à realização de um Colóquio no Auditório do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, com a ilustre **Presença e Participação de Sua Excelência O Presidente da República Portuguesa, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa**, e de Altas Individualidades da vida política, cultural e académica de Portugal, dos Países Árabes e de Espanha, onde serão abordados temas de especial relevo para o alcance dos objectivos pretendidos. Estão previstas para o segundo dia, 18 de Maio, visitas guiadas a Lisboa e Sintra, nas quais se pretende ressaltar alguns dos legados e vestígios urbanísticos e outros testemunhos da presença Árabe em Portugal.

Na expectativa de que estas Jornadas venham a contribuir para um melhor conhecimento mútuo entre os povos, muito nos honraria poder contar com a presença de V. Exa. nesta importante iniciativa.

Cientes do interesse de que se reveste este evento, solicitamos à Vossa estimada Associação a divulgação do mesmo junto dos Vossos Associados, sendo que temos o prazer de convidar a visitar o *Website* da CCIAP em WWW.CCIAP.PT onde poderá encontrar mais informações.

Certos que este nosso pedido encontrará o melhor acolhimento por parte de V. Exa., agradecemos desde já a atenção dispensada, permanecendo ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Queira, V. Exa., aceitar os protestos da nossa mais elevada estima e consideração.

Ângelo Correia
Presidente do Conselho de Administração

Aida Bouabdellah
Secretária-Geral & CEO



Avenida Fontes Pereira de Melo, 19 – 8º • 1050-116 Lisboa • Portugal • t: +351 213 138 100 • f: +351 213 138 109 • e: info@cciap.pt • www.cciap.pt
www.cciap.pt • info@cciap.pt • الفون: +351213138100 • الفاكس: +351213138109 • البريد الإلكتروني: info@cciap.pt • Avenida Fontes Pereira de Melo, 19 – 8º • 1050-116 Lisboa • Portugal • الدفان: +351213138100



Anexo XXXIX

PROGRAMA

9h30 Registo de participantes

10:00 ABERTURA

David Justino

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Fundação Francisco Manuel dos Santos

10h15 **RESULTADOS NACIONAIS E RESULTADOS PISA**

Isabel Flores

Ana Sousa Ferreira

aQeduto

João Batista

DGEEC

DEBATE

Porfírio Silva

Presidente da Mesa

Conselho Nacional de Educação

11:30 PAUSA PARA CAFÉ

11:45 **AS ASSIMETRIAS EM EDUCAÇÃO EM PORTUGAL
ATRAVÉS DO PISA**

João Marôco

IAVE

12h15 **PISA: MITOS E RIGOR**

Tim Oates

Cambridge Assessment

DEBATE

João Paulo Leal

Presidente da Mesa

Conselho Nacional de Educação

13h00

ALMOÇO LIVRE

14h30 **DADOS, POLÍTICA E COMUNICAÇÃO**

Patricia Perez

Comissão Europeia

aQeduto

DEBATE

Inês Duarte

Presidente da Mesa

Conselho Nacional de Educação

15:45

PAUSA PARA CAFÉ

16:00 **PORTUGAL: UM ESTUDO DE CASO NO PISA**

Andreas Schleicher

OCDE

DEBATE

David Justino

Presidente da Mesa

Conselho Nacional de Educação

17h00 **ENCERRAMENTO**

David Justino

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Anexo XL



HORTA
(Auditório António Duarte)

26 DE ABRIL
9.15|Sessão de Abertura
David Justino (Presidente do Conselho Nacional de Educação)
António Moreira (Coordenador Executivo UMCLA da Universidade Aberta)
Paula Carqueja (Presidente da Associação Nacional de Professores)
Helder Silva (Diretor do IMAR)

10.30|Currículo e Futuro. Que conhecimentos privilegiar? Como construir o conhecimento?
David Justino (Presidente do Conselho Nacional de Educação)
Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra)
Moderador: Ildia Quadrado

15.15|Educar para a Humanidade e uma Cidadania Global
Eduardo Marçal Grilo (Conselho Geral da Universidade de Aveiro)
Moderador: Jorge Costa Pereira

16.15|Os Desafios da Educação em Portugal no século XXI
Manuel Miguéns (Secretário Geral do Conselho Nacional de Educação)
|Diferenciação de trajetos e equidade no Sistema Educativo
Mária Paula Paixão (Universidade de Coimbra)
Moderadora: Paula Menezes

17.00|Neurociências Aplicadas à Educação: Qual o contributo do estudo do cérebro na compreensão dos processos de aprendizagem?
Joana Rodrigues Rato (Universidade Católica)
Moderadora: Paula Decq Mota

21.00|Café Filosófico - Biblioteca Pública João José da Graça "Educação Científica e Criatividade"
Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra)
Moderador: Helder Silva (Universidade Açores)

27 DE ABRIL
9.00|A Nova Infância Prisioneira da Modernidade?
Paula Carqueja (Presidente da Associação Nacional de Professores)
Moderador: Roberto Terra

10.30|Contributos para uma Cartografia das Transformações dos Processos de Aprendizagem no Século XXI.
Eusebio Machado (Associação Nacional de Professores)
Moderador: Carlos Lobão

11.30|Educação 2.0
André Costa, Luís Valentim, Manuel Silva (alunos da ESMA)

15.15|Educação Holística e Autorregulação
Mária de Fátima Goulão (Universidade Aberta)
Moderadora: Natália Costa Pereira

16.30|Workshop "Educação, Vídeo e Tecnologias Digitais" [Biblioteca Pública Horta]
António Moreira (Coordenador Executivo UMCLA da Universidade Aberta)

21.30|Falar de Educação em tempo de incerteza - Casa de Chá
Diálogo informal com Álvaro Laborinho Lúcio

28 DE ABRIL
9.00|Como educar em tempo de incerteza?
Álvaro Laborinho Lúcio (Juiz Conselheiro)
Moderador: Vítor Rui Dóres

10.30|Desafios para uma Cidadania de Conhecimento na Sociedade Digital
Paulo Dias (Reitor da Universidade Aberta)
Moderadora: Maria Miguel Pavão

14.30|PROSUCESSO. Apresentação de Projetos. Reflexão e Debate. - Metodologias para o sucesso
Paulo Neves (Direção Regional da Educação)

16.00|Apresentação do Projeto "Novas Rotas"
Conceição Medeiros (Escola Básica 2,3 Ginetes)
Moderador: Pedro Medeiros

Workshops (Público-alvo: alunos)
15 A 17 DE MAIO
10.30 - 13.00|Workshop de Fotografia Subaquática
Filomena Sá Pinto, Miguel Louzeiro, Armindo Pereira

27 DE ABRIL E 28 DE ABRIL
10.30 - 13.00|Oficina de Animação Digital 3D
Paulo Neves (Direção Regional da Educação)

Workshops (Público-alvo: professores)
29 DE ABRIL|10.00 - 17.00| Oficina de Animação Digital 3D
Paulo Neves (Direção Regional da Educação)

3 DE MAIO
14.30 - 17.30|Educar para as Ciências do Mar
Helder Silva (Diretor DOP/IMAR- Universidade dos Açores)
Ana Martins (Investigadora Universidade dos Açores)
João Gonçalves (Investigador Universidade dos Açores)

17 DE MAIO
14.30 - 17.30|Oficina Holística "Diz-me Tu"
Francisco Ávila (Coach)

20 E 21 DE MAIO
Workshop de Fotografia Subaquática
Filomena Sá Pinto, Miguel Louzeiro, Armindo Pereira

MADALENA DO PICO

26 DE ABRIL
14.30|Educação Holística e Autorregulação
Mária de Fátima Goulão (Universidade Aberta)
|Apresentação do Projeto "Novas Rotas"
Conceição Medeiros (Escola Básica 2,3 Ginetes)

27 DE ABRIL
10.30|Currículo e Futuro. Que conhecimentos privilegiar? Como construir o conhecimento?
Manuel Miguéns (Secretário Geral do Conselho Nacional de Educação)
Moderador: Riu Batista

15.00|Neurociências Aplicadas à Educação: Qual o contributo do estudo do cérebro na compreensão dos processos de aprendizagem?
Joana Rodrigues Rato (Universidade Católica)
Moderadora: Olívia Robalinho

22.00|Café Filosófico - Cella Bar "Educação e Criatividade"
Paula Carqueja (Associação Nacional de Professores)
Manuel Miguéns (Secretário Geral do Conselho Nacional de Educação)
Moderador: Manuel Tomás

28 DE ABRIL
15.00|Desafios para uma Cidadania de Conhecimento na Sociedade Digital
Paulo Dias (Reitor da Universidade Aberta)
Moderador: Isabel Azeiteira

18 E 19 DE MAIO
Workshop de Fotografia Subaquática
Filomena Sá Pinto, Miguel Louzeiro, Armindo Pereira

S. ROQUE DO PICO

26 DE ABRIL
15.30|A Nova Infância Prisioneira da Modernidade?
Paula Carqueja (Presidente da Associação Nacional de Professores)
Moderador: Francisco Figueiredo

27 DE ABRIL
10.30|Educar para a Humanidade e uma Cidadania Global
Álvaro Laborinho Lúcio (Juiz Conselheiro)
Moderador: Genuína Sousa

28 DE ABRIL
14.30|Workshop "Educação, Vídeo e Tecnologias Digitais"
António Moreira (Coordenador Executivo UMCLA da Universidade Aberta)

LAJES DO PICO

26 DE ABRIL
10.30|Apresentação do Projeto "Novas Rotas"
Conceição Medeiros (Escola Básica 2,3 Ginetes)
Moderação: Lucília Feliciano

11.30|Contributos para uma Cartografia das Transformações dos Processos de Aprendizagem no Século XXI.
Eusebio Machado (Associação Nacional de Professores)
Moderador: Ana Jorge

14.30|Workshop "Educação, Vídeo e Tecnologias Digitais"
António Moreira (Coordenador Executivo UMCLA da Universidade Aberta)

27 DE ABRIL
10.30|Neurociências Aplicadas à Educação: Qual o contributo do estudo do cérebro na compreensão dos processos de aprendizagem?
Joana Rodrigues Rato (Universidade Católica)
Moderação: Mário Rui Azevedo

14.30|Educar para a Humanidade e uma Cidadania Global
Eduardo Marçal Grilo (Conselho Geral da Universidade de Aveiro)
Álvaro Laborinho Lúcio (Juiz Conselheiro)
Moderação: Helena Oliveira

28 DE ABRIL
11.30|Educação 2.0
André Costa, Luís Valentim, Manuel Silva (alunos da ESMA)

14.30|Diferenciação de Trajetos e Equidade no Sistema Educativo
Mária Paula Paixão (Universidade de Coimbra)
Moderação: Noélia Machado

VELAS S. JORGE

27 DE ABRIL
11.30|Apresentação do Projeto "Novas Rotas"
Conceição Medeiros (Escola Básica 2,3 Ginetes)
Moderação: Mário Lopes

14.30|Diferenciação de Trajetos e Equidade no Sistema Educativo
Mária Paula Paixão (Universidade de Coimbra)
Moderação: João Silva

28 DE ABRIL
11.30|A Nova Infância Prisioneira da Modernidade?
Paula Carqueja (Presidente da Associação Nacional de Professores)
Moderação: João Silva

14.30|Contributos para uma Cartografia das Transformações dos Processos de Aprendizagem no séc. XXI
Eusebio Machado (Associação Nacional de Professores)
Moderação: Mário Silva

Anexo XLI



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão Parlamentar de Educação e Ciência
Grupo de Trabalho da Educação Especial

O Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, Deputado Alexandre Quintanilha, e a Coordenadora do Grupo de Trabalho da Educação Especial, Deputada Maria Manuela Tender, têm o prazer de convidar V. Ex.^a para a Audição Pública a alunos com necessidades educativas especiais (NEE) e pais/encarregados de educação **QUE MUDANÇAS PARA UMA ESCOLA E UMA SOCIEDADE VERDADEIRAMENTE INCLUSIVAS? TESTEMUNHOS DE VIVÊNCIAS DA ESCOLARIDADE POR PARTE DE ALUNOS COM NEE**, que terá lugar no próximo dia 5 de abril de 2017, às 9h30, no Auditório António de Almeida Santos (Edifício Novo), Assembleia da República.

Solicita-se uma ampla divulgação da audição.

Inscrições até ao dia 3 de abril de 2017 em
<http://app.parlamento.pt/s?i=cadesp17>



AUDIÇÃO

Anexo XLII



COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO IDOSO

CONVITE

A Comissão de Proteção ao Idoso tem a honra de convidar Vossa Excelência para estar presente na II Conferência subordinada ao tema **"Ética e Cidadania"**, que se realiza no dia 23 de Março de 2017, pelas 21 horas, no Auditório de S. Marcos, Santa Casa da Misericórdia de Braga. (antigo Hospital de S. Marcos).

Conferencista: Álvaro Laborinho Lúcio – Juiz Conselheiro Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça

Moderador: Eduardo Duque – Professor da Universidade Católica Portuguesa – Braga

O Presidente da CPI,


 Carlos Alberto Leite Branco, Dr.

Nota: Em virtude do número limitado de lugares, agradecemos confirmação até ao dia 21 de Março.
Contactos: 966 767 384 / 913 987 602 - E-mail: cpido@gmail.com



ORGANIZADO
COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO IDOSO

Anexo XLIII

6.ª Edição do *College Induction* - Educar para o Mundo Global

A ESCOLA 2030:

ABORDAGENS INOVADORAS PARA ATRAIR
E RETER MAIS E MELHORES ALUNOS



 **Universidade Europeia**
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

PROGRAMA*

23 de fevereiro de 2017 | Auditório Campus Quinta do Bom Nome

10h00 – Acreditação

10h30 – Abertura
João F. Proença, Reitor da Universidade Europeia

10h40 – A Escola 2030: como estamos a preparar o Futuro?
Alexandra Leitão, Secretária de Estado Adjunta e da Educação (a confirmar)

11h00 – Educação em Portugal: refletir sobre o presente com os olhos no futuro
Eduardo Marçal Grilo, ex-Ministro da Educação

11h40 – Coffee-break

12h00 – A Escola 2030: atrair e reter mais e melhores alunos. O que temos que mudar?
Moderador: Ana Bela Ferreira, Jornalista do Diário de Notícias
João Baptista, Subdiretor-Geral da Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência | Projeto InfoEscola
Adelino Calado, Diretor do Agrupamento de Escolas de Carcavelos
Catarina Lisboa, Academia de Competências da Universidade Europeia

13h30 – Almoço

* Sujeito a alterações.

Anexo XLIV



Certificado / Certificate

A RUTIS (Associação Rede de Universidades da Terceira Idade), o consórcio europeu Porto4Ageing e a Escola Superior de Saúde de Bragança / Instituto Politécnico do Bragança certifica que

Paula Carqueja

participou na I Conferência Internacional de Projectos Educativos para Seniores que decorreu dias 16 e 17 de Fevereiro no Porto / Portugal.

The RUTIS (Association of Universities Network of the Elderly), the European consortium Porto4Ageing and the Bragança Higher School of Health / Polytechnic Institute of Bragança certifies that the above-mentioned attended the I International Conference on Educational Projects for Seniors held on 16 and February 17 in Oporto / Portugal.

El RUTIS (Asociación Red de Universidades de la Tercera Edad), el consorcio europeo Porto4Ageing y la Escuela de Salud de Bragança / Instituto Politécnico de Bragança certifica que el mencionado anteriormente participó en la Primera Conferencia Internacional de Proyectos Educativos para la tercera edad y llevaron a cabo 16 17 de febrero en Puerto

Porto, 17 de Fevereiro de 2017, Porto, February 17, 2017, Porto, 17 de Febrero, 2017




Mestre Luis Jacob
Presidente da RUTIS



Doutor Helder Fernandes
Escola Superior de Saúde de Bragança
Instituto Politécnico de Bragança




Doutor Elísio Costa
Porto4Ageing
Universidade do Porto

Associação Rede de Universidades da Terceira Idade (IPSS)
Rua Conde da Taipa, 40-42 | 2080-069 Almeirim | Portugal
Tel: 243 593 206 | 243 596 369 | Telem: 917 098 839
www.rutis.pt | rutis@rutis.pt | www.facebook.com/rutis.pt
NIPC: 509 481 990

Anexo XLV

Dando cumprimento ao ponto Promover (e/ou Rever), apresentamos a listagem integral da Formação Contínua desenvolvida pelo Centro de Formação Leonardo Coimbra:

As ações abrangeram um total de 878 docentes, de Norte a Sul do País e Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

Designação	Modalidade	Duração	Destinatários	Formador	Local de Realização
A Educação para os Média e o Jornal Escolar na Promoção da Leitura e da Escrita	Curso de Formação	25	Educadores de Infância, Professores dos Ensinos Básico e Secundário e de Educação Especial	Vítor Manuel Nabais Tomé	Póvoa de Santo Adrião
Aprender com dispositivos móveis na sala de aula	Ação de curta duração	3	Docentes de todos os níveis e graus de ensino	Marco Alexandre Carvalho Bento	Vila Nova Famalicão
Cinema, Educação e Tecnologias: Possibilidades Didáticas	Ação de curta duração	3	Docentes de todos os níveis e graus de ensino	José António Marques Moreira	Ponte de Lima
Avaliação como instrumento para o sucesso em Matemática	Curso de Formação	15	Professores do Grupo 230	Maria Augusta Faria Ferreira Neves	Lixa
Avaliação das Aprendizagens com TIC em Contexto Sala de Aula	Curso de Formação	25	Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e de Educação Especial	José Carlos Silva Couto	Funchal
Défice de Atenção e Hiperatividade - Estimulação na Atenção	Curso de Formação	25	Educadores de Infância, Professores do 1º e 2º Ciclo e Professores de Educação Especial	Rafael António Silva Pereira	Lisboa
Formação de Língua Gestual Portuguesa – Nível 1	Curso de Formação	25	Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e de Educação Especial	Aldónio José Pires Pestana	Funchal
Crianças e Jovens em Risco e Perigo: Reconhecer e Sinalizar	Curso de Formação	25	Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e de Educação Especial	Isabel Maria Jesus Teles e Jéssica Maria Freitas Barros	Funchal
Cinema, Vídeo e Ferramentas Digitais. (Re)Construções Heutagógicas	Ação de curta duração	4	Docentes de todos os níveis e graus de ensino	António Moreira e Fernando Galrito	Óbidos
Metodologias Diferenciadas de Trabalho em Equipa	Ação de curta duração	3	Docentes de todos os níveis e graus de ensino	Armindo Gomes Cancelinha	Alhandra
Metodologias e Estratégias de Trabalho em Grupo	Ação de curta duração	3	Docentes de todos os níveis e graus de ensino	Armindo Gomes Cancelinha	Alverca
Um Olhar sobre a Educação: A Escola do Presente	Seminário	8	Docentes de todos os níveis e graus de ensino	João Couvaneiro, Liliana Rodrigues, Adelaide Ribeiro, Rogério Queirós, Mário Santos, António Antunes, Sónia Pereira, Susana Ornelas e João Quintal	Funchal
Formação de Língua Gestual Portuguesa – da iniciação ao básico	Curso de Formação	25	Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e de Educação Especial	Aldónio José Pires Pestana	Funchal
Cinema e Educação	Ação de curta duração	3	Docentes de todos os níveis e graus de ensino	José António Marques Moreira	Coruche
O Burnout – Prevenção e reabilitação. Profissionais de contacto com jovens desviantes - Compreender para intervir	Curso de Formação	25	Professores do Ensino Básico e Secundário e de Educação Especial	Diva Raquel Rodrigues Fernandes	Câmara de Lobos

Microsoft Excel ao serviço da docência	Curso de Formação	25	Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e de Educação Especial	José Carlos Silva Couto	Funchal
Encontro Verde 2017 O Ensino Prático na Educação para o Desenvolvimento Sustentável	Seminário	15	Professores dos grupos 100, 110, 230, 420, 510, 520, 560, 910 e 920	Cidália Brochado, Ângela Pacheco, Emília Ribeiro, Maria José Quintela e Paula Rodrigues	Lixa
Encontro Regional de Educação Nós, a nossa Escola, da reflexão à prática	Seminário	6	Docentes de todos os níveis e graus de ensino	Pinho Neno, Angélica Monteiro, Patrícia Xufre, Eusébio André Machado, Armindo Gomes Cancelinha	Vila Franca de Xira
II Seminário Luso-Brasileiro Paradigmas de Aprendizagem: da Reflexão à Prática	Seminário	5	Docentes de todos os níveis e graus de ensino	Fátima Goulão, António Moreira, Daniel Mill, Paula Carqueja, Angélica Monteiro, Sara Trindade, Thiago Reginaldo, Rosa Bernardino, Kaio Eduardo Oliveira,	Grândola
Edição e produção de vídeos educativos	Curso de Formação	25	Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e de Educação Especial	Michael Jesus Silva	Funchal
I Seminário Internacional em Dificuldades de Aprendizagem – Madeira	Seminário	12	Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e Professores de Educação Especial	Rafael Pereira, Ana Severino, Soraia Cristo, Artur Carvalho, Rómulo Neves, Isabel Magno, Inês Salgado Rodrigues, Luís Neves	Câmara de Lobos
Autoavaliação de Escola	Oficina de Formação	25	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário	Maria Adelina Conceição Martins Maria João Vieira Freita	Porto
Avaliação do sucesso académico: um processo a integrar na rotina avaliativa da instituição escolar	Curso de Formação	25	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário	Serafim Manuel Teixeira Correia	Vila Verde
Avaliação do sucesso académico: à procura da melhoria da instituição escolar	Curso de Formação	15	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário	Serafim Manuel Teixeira Correia	Braga

12 - Cursos de Formação

01 - Oficina de Formação

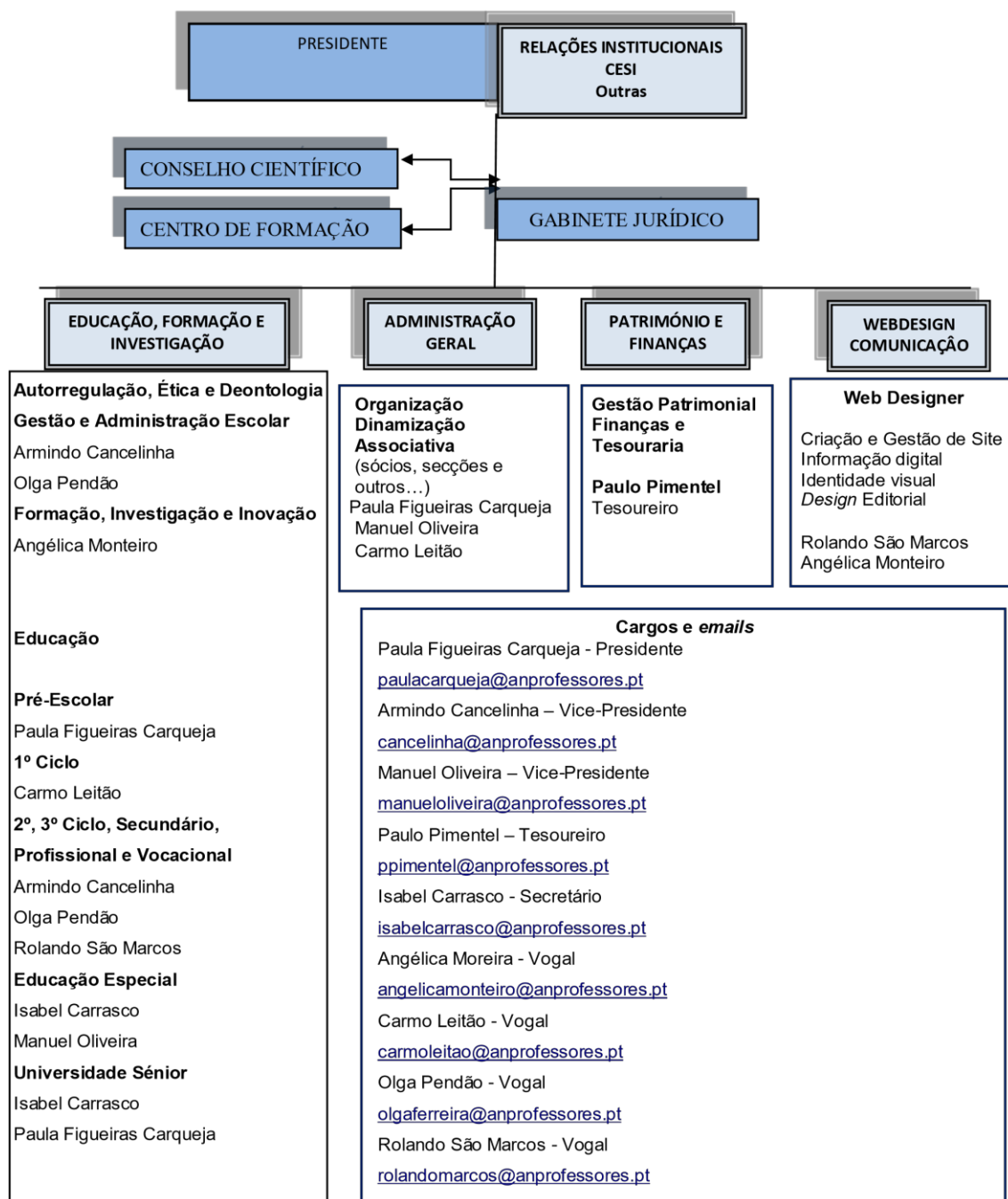
06 - Ações de Curta Duração

05 – Seminários/Encontros

Braga e CFLC, 26 de fevereiro de 2018

Anexo XLVI

Organograma da direção em 2017



*Paula Figueiras Carqueja, Armindo Cancelinha, Manuel Oliveira, Isabel Carrasco, Paulo Pimentel, Carmo Leitão, Angélica Monteiro, Rolando São Marcos, Olga Pendão